



MUNICÍPIO DE CUBA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Ata N.º 08

29-04-2019

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos:

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1.º – Informações; -----
- 2.º - Ratificação das atas das sessões anteriores: -----
- 2.1 – Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2018; -----
- 2.2 – Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2019. -----
- 3.º - Assuntos de Interesse para o Município. -----

ORDEM DO DIA: -----

- 1.º - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal decorrida entre 01 de fevereiro de 31 de março de 2019; -----
- 2.º - Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 250.000€, destinado a ocorrer a dificuldades de Tesouraria. -----
- 3.º - Apreciação e Votação da Prestação Individual de Contas do Município de Cuba, ano de 2018; -----
- 4.º - Apreciação e Votação da Revisão n.º 1 ao Orçamento e GOP'S de 2019; -----
- 5.º - Apreciação e Votação, na qualidade de Sócio Único da empresa Municipal CEFPDDM - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. da Prestação Individual de Contas, ano de 2018; -----
- 6.º – Projeto de Reabilitação Urbana da Rua 1.º de Maio, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.º s 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----
- 7.º – Projeto de Reabilitação Urbana de Troço da Estrada da Circunvalação, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----
- 8.º – Projeto de Reabilitação Urbana do Espaço Público da Rua e Largo da Horta do Bicho, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----
- 9.º – Projeto de Reabilitação Urbana do Parque Desportivo da Escola Profissional de Cuba, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----
- 10.º – Contrato de aquisição de bens em regime de locação, com opção de compra que gera encargos plurianuais resultante do procedimento de prestação de serviços de locação financeira

Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2019



para aquisição de um veículo pesado de passageiros - Autorização prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

II. - Contratos de aquisição de serviços ou de bens em regime de locação, com opção de compra, que gerem encargos plurianuais - Proposta para emissão de parecer genérico favorável por parte da

Asssembleia Municipal para aquisição de serviços que consubstanciem encargos plurianuais não superiores a 30.000€ em cada ano civil, valores sem IVA, no decurso do ano de 2019 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos com efeitos retroativos a 01.01.2019. -----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

João Duarte Oliveira Brito Palma – Presente -----

Carlos José Maltez Almeida – Presente -----

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano - Presente -----

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado – Presente -----

José António Rocha Cabrita – Presente -----

Luís António Botecas Varela – Presente -----

Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço – Presente -----

Luís Maria Cardeira Santa Rita – Presente -----

João Carlos Segurado Leirão – Presente -----

André Chaveiro Vargas – Presente -----

Maria Joaquina Maltez Salgueiro – Presente -----

Luís Carlos Cardoso Varela – Presente -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco – Presente -----

José António Cardeira Machado – Presente -----

Filipe Domingos Candeias Chora – Presente -----

José Alberto Lança Pacheco – Presente -----

Raul Manuel Viana Amaro – Presente -----

Faltou: - José Francisco Ribeiro Roque - -----

- Milene Leonor Cadeireiro Cardoso - -----

Estiveram também presentes nesta sessão os seguintes membros do Órgão Executivo: -----

Presidente da Câmara - João Manuel Casaca Português -----

Vice-Presidente da Câmara - Francisco Xavier Candeias Fitas -----

Vereadora - Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos -----

Vereador em Regime de Não Permanência- Luís José de Brito Camacho Barriga -----

Vereadora em Regime de Não Permanência - Maria Jacinta Cardoso Grilo -----

Esteve ainda presente o Chefe da Uadjc Dr. Vitor Fialho; -----

Verificou-se existir quórum para a realização da sessão pelo que o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos. -----

O Presidente da Assembleia propôs para a mesa a deputada Dulce Vasco, na ausência do deputado José Roque. -----

1.º – Informações; -----

Recebemos 2 moções da CIMBAI – Uma por um programa de apoio à redução tarifária que reforça o editorial. -----



A outra relativamente ao incêndio da Catedral de Notre Dame. -----
Estivemos representados na Feira Medieval de Vila Ruiva. -----
No projeto 10000 vidas tele assistência e saúde. -----
No dia do Município; -----
Presentes e representados na sessão solene do 25 de abril; -----
Protocolo entre a fundação D. Manuel 2 e a associação Cristóvão Colombo, que foi levada a cabo pela confraria dos saberes e das artes e dos sabores 28 de abril ; -----
É tudo quanto me cumpre informar, a atividade fora das sessões da Assembleia Municipal. -----

2.º - Ratificação das atas da sessões anteriores: -----

2.1 – Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2018; -----

Não se verificaram intervenções, tendo sido a ata aprovada por unanimidade. -----

2.º - Ratificação das atas da sessões anteriores: -----

2.2 – Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2019. -----

Não se registando qualquer intervenção, foi a mesma colocada a votação e aprovada por maioria com duas abstenções, uma vez que as duas deputadas não estiveram presentes na última sessão. -

Ponto 3 – Assuntos de interesse para o Município: -----

A bancada da CDU apresentou uma moção que distribuiu. Mas antes da sua leitura quis deixar um voto de saudação pela conquista do campeonato distrital da segunda divisão da associação de futebol de Beja, futebol sénior, pelo Sporting Clube de Cuba. Sendo uma instituição da nossa terra que tem levado o nome de Cuba a muitos locais, propôs-se que se fizesse um voto de saudação por unanimidade que a assembleia municipal tem um voto de louvor ao Sporting Clube de Cuba. -----

O Deputado José Machado tomou a palavra e na qualidade de Presidente da Comissão do Sporting Clube de Cuba deixou um agradecimento pelo reconhecimento, referindo que é um trabalho que se está a desenvolver com a comunidade de Cuba, que se tem mostrado durante a época desportiva, não só os atletas, como também a própria população, e tanto faz nas camadas jovens como nas camadas seniores e neste momento temos os resultados à vista e como o esforço de todas aquelas pessoas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu pela intervenção. -----

O Deputado Cabrita tomou a palavra para concordar com a proposta apresentada à votação e propõe que no final da votação se pudesse aplaudir o desempenho da equipa, como que um voto de louvor com votação por unanimidade e aclamação por parte do órgão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, procedeu-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e feita a aclamação. “Palmas” -----

O Presidente da Assembleia Municipal questiona quem irá ler a moção apresentada, tendo o deputado José Cabrita se identificado para o fazer:

MOÇÃO em Defesa do Serviço Nacional de Saúde, que se transcreve:-----

“No ano em que se cumprem 45 anos da revolução de abril e enquanto herdeiros das suas conquistas é obrigação de todos quanto reunir no seu espírito a defesa dos direitos alcançados por tão histórica. Um dos setores mais beneficiados com a revolução de abril foi a prestação de cuidados de saúde ficando plasmado artigo 64 da Constituição da República, o direito à saúde como direto fundamental. -----



Para garantir a realização desse direito foi criado em 1779 o SNS – Serviço Nacional de Saúde, independentemente das suas condições económicas e sociais. No momento em que discutimos a nova lei de bases do setor este é mais um processo de reestruturação do SNS. Processo prolongado transversal a todos os governos desde a sua criação, que trouxe graves consequências...

O subfinanciamento das organizações estruturais. A ausência de planeamento e a estruturação dos recursos humanos é matéria a desvalorização profissional e salarial dos profissionais de saúde.

A degradação das condições de trabalho e o aumento da promiscuidade entre ao público e o privado, tem sido algumas das linhas de destaque ao SNS e são as causas da sua degradação. -- Perante este circunstancialismo, não se tratará de uma coincidência que ao mesmo tempo que foi crescendo as dificuldades do SNS na prestação de qualidades de saúde, tendo aumentado as condições para o negócio dos privados no setor e o distrito de Beja é um bom paradigma de que falamos.

Nos Centros de Saúde, o problema principal é a falta de médicos de medicina geral e familiar efetivos. Alguns serviços de proximidade como as extensões de saúde e serviços de atendimento permanente tem sido encerrados nalguns concelhos, o que dificulta a maioritariamente idosa e como o transporte público, agravando-se ainda mais a situação no transporte de serviços urgentes. Por outro lado o Hospital de Beja debate-se com equipamentos obsoletos e o encerramento de camas é preocupante. Não foram criadas alternativas e outro tipo de média e longa duração e de cuidados paliativos, assistindo-se a um acumular degradante e desumano de doentes em macas e cadeiras de rodas pelo Serviço de Urgência.

Outra das preocupações é o risco deste hospital ser desclassificado e perder algumas valências como a Maternidade e a Pediatria. Por outro lado e enquanto isso o setor privado inicia a construção de um hospital particular na cidade de Beja.

A valorização do Serviço Nacional de Saúde SNS-Público, universal e gratuito como o que significa de opções de investimento que assegure o direito constitucional de todos os portugueses à saúde bem como os direitos dos profissionais.

A firmação do papel do SNS em contraponto à progressiva transformação do direito à saúde e ao negócio favorecendo os grupos económicos, quer por entidades público-privadas, quer pela contratualização e privatização dos serviços. Facto comprovado com a transferência anual de milhões de euros que por via dos subsistemas públicos de saúde, que diretamente do orçamento do SNS.

Uma nova lei de bases de saúde que invista e confirmação de promiscuidade entre setor público e o setor privado. Acreditamos assim existir alternativa para evitar a distribuição do SNS tal como a conhecemos e inclusive para melhor.

Uma questão pública e eficiente e articulada entre os cuidados primários e cuidados hospitalares.

Eliminação das taxas moderadoras.

A adequação de meios financeiros, o fim do modelo de gestão hospitalar empresarial, o reforço do investimento nos cuidados de saúde primários para que todos os utentes tenham o seu médico e enfermeiro de família.

A reabertura de postos e de extensões de saúde.

A adequação dos serviços de atendimento às necessidades das populações, com a garantia de transportes gratuitos de doentes não urgentes e uma reorganização hospitalar que vá de

encontro às necessidades dos doentes para outras medidas permitirão o reforço e a melhoria do serviço nacional de saúde assim como a efetiva do direito à saúde resultante da revolução de 25 de abril. -----

Cuba, 29 de Abril de 2019. -----

O deputado José Cabrita solicitou que caso a presente moção seja aprovada, se envie para os meios de comunicação regionais; o Governo e Grupos Parlamentares e demais deputados eleitos na Assembleia da República; para o Ministério da Saúde; para a Administração Regional de Saúde do Alentejo; para a Unidade Local de Saúde Pública do Baixo Alentejo.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a leitura e colocou a moção à discussão. -----

O deputado Luís Santa Rita solicitou a possibilidade da sua bancada fazer uma análise detalhada de 5 a 10 minutos para nos podermos pronunciar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal acedeu a essa solicitação, tendo dado 15 minutos para análise da moção. -----

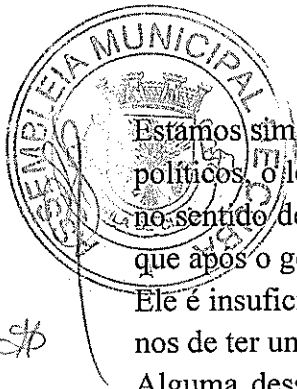
Após esse tempo de análise, o Deputado Luís Santa Rita tomou a palavra e referiu que estiveram a ler atentamente a moção apresentada pela bancada da CDU embora concordemos com algumas questões levantadas, outras não. Todos temos consciência que o SNS foi criado pelo Partido Socialista, e temos que ter noção que viemos do período da Troica onde foram cortados à volta de mil milhões de euros no SNS. Penso que este governo com dificuldades e com a colaboração e apoio dos partidos à sua esquerda, nomeadamente o PCP, têm feito de facto um investimento acentuado no SNS. Foram recrutados 900 enfermeiros, auxiliares, abertas vagas para Hospital de Beja que faz referência mas que infelizmente algumas ficaram desertas, e que naturalmente há uma preocupação e tem havido um investimento da parte do governo no serviço nacional de saúde. Naturalmente que nem tudo está bem, é preciso ir mais além. -----

Estar a dar um passo em frente tendo em conta que a lei de bases de saúde ainda não foi aprovada. Penso que vai haver na quinta-feira uma discussão em plenário e aí vamos ver se de facto esta lei de bases vai ser aprovada ou não e portanto não faz sentido, nós estarmos já aqui a dar como garantido que efetivamente que a CDU propõe aqui em que inclui a questão dos privados e que faz uma análise catastrófica relativamente ao SNS, nós não podemos concordar. -- Reconhecemos que de facto há coisas a corrigir situações que tem que ser corrigidas e que naturalmente que estamos a falar que há 3 anos que o governo tomou posse. -----

Portanto há um período ainda em que é necessário reforçar o investimento, reforçar e criar mais condições que naturalmente no S.N.S., tenho conhecimento e sei quais são as dificuldades nos diversos setores. -----

De qualquer maneira aquilo que pensamos e temos que levar em consideração é o esforço que se tem vindo a fazer e isso naturalmente que é reconhecido por todos nós deixamos aqui esta palavra e portanto a nossa posição é de abstenção relativamente à moção apresentada pela CDU.

O deputado José Cabrita solicitou a palavra e referiu que nesta moção não se está a analisar a origem do SNS, foi criada pelo PS com o apoio das bancadas. Aliás é uma competência da Assembleia da República. Portanto o PS na altura era governo estamos a falar num período pós revolução e criou ou propôs a criação em colaboração com as outras forças políticas e resultou na criação da lei de bases para o SNS e este direito, consagrado na constituição de 1976, tem vindo a ser alterado, infelizmente no sentido da privatização dos serviços de saúde, e não é por estar neste momento em análise a lei de bases do SNS que não deveremos votar esta moção que é mesmo para isso. É uma pressão a quem neste momento está a discutir a lei de bases e portanto não estamos aqui a pôr a carroça à frente dos bois, faço a imagem. -----



Estamos sim a aprovar um documento e a marcar uma posição no sentido de tentar influenciar os políticos, o legislador como quem é formado em direito gosta de dizer e não só tentar pressionar no sentido de legislar desta forma, e é óbvio que foi feito algum investimento também mal seria que após o governo PSD, CDS não fosse feito algum investimento. -----

Ele é insuficiente, só não é feito porque há uma obsessão grande com o défice, nós vangloriamonos de ter um défice quase zero é isso na vida das pessoas, resume-se a zero. -----

Alguma dessa poupança e algum desse dinheiro que ficou para o Estado, para pagar ou para amortizar dívida deveria ser renegociada, a pagar adiantada a dívida porque vai continuar a existir, a dívida tem que existir, pois não nenhum estado que exista sem dívida. Dívida que o José Sócrates disse que a dívida é para se gerir, tem razão não para perder o controlo à dívida. Não podemos viver obcecados com os 3% do défice quando a França não cumpre e quando não lhe são aplicadas quaisquer sanções. Conseguimos e queremos ser os meninos bonitos da união europeia cumprindo com todas as imposições e deixando as nossas populações à mercê de serviços públicos degradadas. Aí é que está o problema. Nós devemos fazer mais investimento seja na saúde pois é a temática o que nos traz aqui hoje esta moção, seja nos serviços públicos, seja nos transportes e não podemos viver á sombra dos fundos comunitários, como senão houvesse investimento público nacional, como senão houvesse fundos soberanos. Registo a vossa posição, ainda assim esta moção reflete as preocupações das nossas populações principalmente no que diz respeito a alguns serviços no Hospital de Beja e que já foram enunciados o seu encerramento. Obrigando às senhoras grávidas a irem para Évora é isso que nós queremos evitar com a moção. -----

Gostaria de ter a companhia ou o voto da bancada do PS no sentido de alertarmos os nossos eleitos na Assembleia da República para estas preocupações. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado Carlos Almeida que referiu que ao ouvir o deputado Cabrita ficou apreensivo nalgumas situações e de algum desconhecimento que possa ter com as situações que fala. Naturalmente que globalmente concorda com a moção. Há uns pontos ou outros que não, pois não estão a ser realistas. O que é facto e com a sua justificação e a questão do défice, não sei se tem conhecimento mas houve um concurso e isto em relação aos médicos que é o problema a inexistência deles. Houve um concurso e ficou deserto. Os médicos não aparecem por cá. Não tem a ver com dinheiro. Com a situação de não abrir o concurso. Em relação à parte de enfermagem e de outros profissionais é verdade que existe só por ordem do Ministério das Finanças e que se pode colocar pessoas. Em relação à questão médica se acontece em relação ao fecho dos serviços. Exatamente em relação aquilo que aconteceu há alguns anos sobre os *numerus clausus*. A situação que se considera em Portugal que é importante a formação a nível de pessoal médico e naturalmente que não é aprovado a formação em quantidades e só determinadas universidades e só determinadas campos de estágio é que vai fazer essa formação. Naturalmente há outros países que se calhar não é exigível. O que é facto é que nesta situação o governo não tem a ver com os números. Com uma situação que no Alentejo se está a passar e não tem a ver com a saúde com a questão quer da ferrovia, do aeroporto que nós somos poucos e estamos com pouco peso para reivindicar e se calhar não temos tido a posição concertada. A situação acaba por puxar a brasa à sua sardinha. --- Quanto à moção concorda globalmente, mas há coisas que não fazem sentido como a questão das taxas moderadoras. -----

Há pessoas que não devem pagar mas outras há que devem. Há pessoas tem poder de compra, quer pela sua posição económica ou pela situação de doença estão isento de taxas moderadoras;



O SNS, todos nós e o Município, as freguesias Centros de Saúde, todos nós, temos papel importante para evitar a questão das macas em termos de hospital, devemos todos estar unidos. A sobrecarga e o acesso em termos de urgências hospitalar é uma coisa que não pode acontecer. É inexplicável, o afluxo de pessoas à urgência que qualquer sítio local para receber essas pessoas não tem capacidade para as receber condignamente. -----

Por isso é que as questões dos Centros de Saúde e nomeadamente em termos de Cuba, se calhar do distrito, somos os que temos em todas as freguesias e nomeadamente albergaria dos fusos valorizado. -----

A Administração local de saúde faz esforço para que isso aconteça, por isso temos que estar todos do mesmo lado. Isso é o mais importante. Temos que ter um papel muito importante da educação das nossas populações em relação à questão da saúde. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao deputado José Cabrita, que reforçou que compreende que a questão dos *númerus clausus* é uma preocupação e tem sido também uma das causas da dificuldade em formar técnicos suficientes para fazer face às necessidades. Aliás, não é por nada que o próprio partido no qual milito é contra os *númerus clausus*. Também respondemos a essa preocupação desta forma. Também deveria haver algum trabalho no sentido de ou acabar com os *númerus clausus* ou criando mais vagas para que possa haver mais técnicos a formar-se em medicina. Mas também vejamos um hospital privado a vir para o Alentejo, será que vai ter a mesma dificuldade em encontrar técnicos. -----

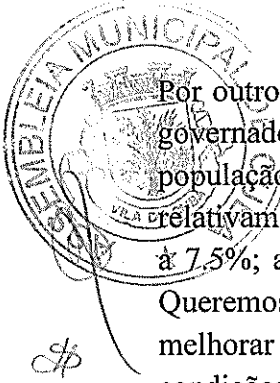
Um hospital privado vem localizar-se no Alentejo, podemos falar de especialidades, mas se um particular vem para o Alentejo e consegue trazer consigo técnicos, acho que o serviço público deveria também conseguir fazê-lo. Em relação à questão das taxas moderadoras, há muitos anos atrás que o PCP vem pedindo que a educação seja gratuita e que os manuais escolares sejam gratuitos. -----

Há muitos anos atrás chamavam-nos lunáticos, utópicos, neste momento é uma realidade. Há muito tempo que o PCP diz que os 3% não tem lógica nenhuma. Já Bagão Félix confirmou que os 3% da dívida não faz qualquer sentido, ninguém até hoje conseguiu explicar mas o PCP em termos de dívida não há razão, não há uma lógica. -----

Portanto a história vem-nos dar razão. Talvez daqui por algum tempo a implementação de taxas moderadoras gratuitas, o acesso ao SNS sem taxas moderadoras era sinal que deveríamos ter evoluído, mas haverá muitas outras áreas onde o governo tem que implementar medidas para fazer face aos constrangimentos. Aquilo que estamos a debater neste momento é aquilo que é a lei de bases atual e aquilo que poderá ser a futura. -----

O deputado Carlos Almeida tomou a palavra para dizer que comparar os livros escolares com as taxas moderadoras, não tem comparação possível. Quanto aos livros escolares todos nós queremos que as pessoas frequentem o ensino e todos incentivam que assim o seja. Enquanto a questão das taxas moderadoras sabe porque foram criadas, para moderar o acesso, eventualmente as pessoas que têm o diagnóstico de determinada doença são e o seu acesso é gratuito e aqueles que têm em termos económicos mas dificuldades e naturalmente existem depois todos os outros. Taxas para moderar o acesso não para outra coisa alguma. -----

O deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para responder ao Deputado Cabrita, porque tem sempre a tendência de ser tudo gratuito. Dá tudo. O Estado tem que dar tudo. Tem sempre essa posição e o estado tem que dar tudo. Acontece que o estado não pode dar tudo. Alguém que tem um vencimento elevadíssimo ir ao hospital e não pagar taxa moderadora não faz sentido absolutamente nenhum. -----



Por outro lado, o Sr. fez uma mescla de défice de contas. Não há nenhum país que consiga ser governado senão tiver contas certas. Sabe perfeitamente que a reposição de rendimentos que a população teve, teve em muito o facto de Portugal estar com uns juros baixíssimos, relativamente à sua dívida. Sabe que é perfeitamente por causa disso. Senão se tivermos os juros à 7,5%; a 6% a 5%, não tínhamos condições para repor os rendimentos. O que pretendemos. Queremos melhorar as condições dos trabalhadores e das pessoas que de facto necessitam melhorar esses rendimentos ou queremos que o estado dê tudo e mais alguma coisa. Não há condições e com sinceridade e que o deputado devia eventualmente preocupar-se e acho isso é uma preocupação a nível mundial com alguns países que o Sr. é defensor acérrimo onde as pessoas também morrem com falta de medicamentos e com falta de apoios. Na minha opinião é mais preocupante. -----

Penso que o Sr. Deputado se calhar aí trouxesse uma moção direccionada nesse sentido, digolhe eu votava favoravelmente. -----

A deputada Teresa Calado tomou a palavra referindo ir ser breve e deixar uma palavra de apreço com os profissionais de saúde, médicos e enfermeiros por uma questão pessoal e familiar tenho ultimamente que recorrer quer ao Centro de Saúde quer numa fase mais complicada ao Hospital de Beja e de facto faz-se registar o empenho dos profissionais de saúde, só esta nota relativamente a estas pessoas e de facto corroboro algumas coisas que estão aqui. Portanto conjuntamente com os meus colegas acompanho-os e como os quais não concordo e daí que optar para a abstenção. -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém queria intervir ou solicitar esclarecimentos. Propôs que passassem à votação tendo a moção sido aprovada por maioria com sete abstenções dos deputados da bancada do PS. -----

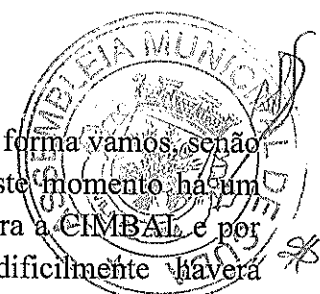
Mais informou que será dado conhecimento e feita a divulgação pelo meios de comunicação e dado conhecimento ao governo, grupos parlamentares, deputados eleitos na Assembleia da República, Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE. -----

Ainda no capítulo dos assuntos de interesse para o município, o deputado João Leirão pediu a palavra para referir que aqui na passada Assembleia foi-nos dada uma moção sobre as condições referentes à paragem do autocarro onde dizia “ A Assembleia de Freguesia de Vila Alva, cumpre assim o seu papel de lutar a quem tem competência.” -----

Passei lá há pouco e verifiquei que está igual. Não sei a quem me dirigir, mas de quem essa competência, se será o Presidente da Junta a fazer o comentário ou o Presidente da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que o Presidente da Junta de Vila Alva é que deve responder, mas esses assuntos são para responder na Assembleia de Freguesia de Vila Alva, uma vez que a moção veio para conhecimento, mas se o Presidente da Junta de Vila Alva quiser responder, poderá fazê-lo. Veio para conhecimento. Houve outro órgão que nos enviou a nós, para conhecimento. Na qual nós registamos. É um assunto que tem a ver com a Junta de Freguesia com a Câmara e com a própria rodoviária do Alentejo que tem que resolver a situação do abrigo. Nós enquanto Municípios, podemos interessar e ir aos órgãos próprios e questionar a Assembleia de Freguesia de Vila Alva sobre a reunião pública da Câmara e questionou sobre a situação, mas veio para conhecimento. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra, para informar que em relação ao abrigo de Vila Alva, a Câmara já notificou a rodoviária nacional no sentido de saber qual era a previsão para arranjar



o abrigo. Até ao momento não obtivemos qualquer resposta mas de qualquer forma vamos, senão houver nenhuma intervenção da parte da rodoviária, vocês sabem que neste momento há um processo que é do conhecimento geral que todas as carreiras, vão passar para a CIMBAL e por consequência para os Municípios. Portanto estou convencido que dificilmente haverá investimentos da parte da rodoviária sobre essas matérias. Senão existir essa intervenção pode ficar aqui o compromisso que o Município no lugar da própria rodoviária resolverá o problema. - É uma questão que falta um vidro central. É essa a questão e a parte da cobertura que está danificada penso que seja isso. O abrigo em si existe tem alguns problemas nomeadamente, vidro partido, não é responsabilidade da Câmara e até pode ter sido adquirido pela autarquia. Tal como construímos no Jardim dos Combatentes, também foi construída pela autarquia. A forma e a responsabilidade dos abrigos não são responsabilidade da autarquia são da competência de quem gere as carreiras e esse mobiliário da competência deles e portanto aquilo se não existir da parte da empresa, o Município pode comprometer-se em reparar o abrigo basicamente. -----

O deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para questionar a Câmara Municipal sobre a Rua Dr. Egas Moniz, dos semáforos à rotunda. Tomei nota porque na altura coloquei questões. O Sr. Presidente disse que a estrada iria ser retificada as vezes que fossem necessárias e desde que tivessem sido solicitado ao empreiteiro. Portanto disse ao Presidente de quem era de facto a responsabilidade, se era do empreiteiro ou se era da Câmara Municipal. -----

Na altura disse-me que as palavras eram minhas e que portanto o que me disse sinceramente, não quis afirmar que a responsabilidade seria do empreiteiro textualmente o que me disse. -----

Intrevi a seguir o Presidente da Assembleia Municipal e muito bem quando nos disse a todos, sabíamos mas foi importante ouvi-lo que todas as obras tem uma garantia e que essa garantia tem uma caução à volta de 5%, relativamente ao valor da obra. -----

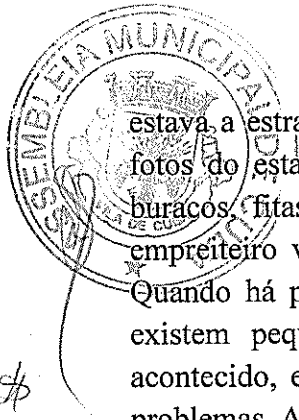
Foi-nos garantido pelo Sr. Presidente da Câmara que as vezes que fossem necessárias a empresa seria chamada para requalificar ou reparar a estrada. O que acontece é que o empreiteiro nunca mais se viu a fazer qualquer trabalho na estrada pelo contrário vê-se os trabalhadores da Câmara Municipal vêm-se a tapar buracos a fazer remendos, a gastar tempo e dinheiro dos cofres da autarquia. De facto gostava e penso que toda a assembleia gostaria que o Sr. Presidente desvendasse este enigma “De quem é a responsabilidade da Obra?” -----

Se é do empreiteiro, vamos juntar-nos todas as bancadas, Camara Municipal no sentido de exigir ao empreiteiro que faça a requalificação daquela estrada, desde os semáforos até à rotunda de Beja. -----

Se efetivamente o empreiteiro não tem qualquer responsabilidade também não há mal nenhum porque as obras tal como o Sr. Presidente sabe e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu nem sempre correm bem, por vezes há coisas que correm mal mas o Presidente tem que assumir. Ouve um percalço da nossa parte, as coisas não foram devidamente fiscalizadas e portanto há uma situação em que a responsabilidade é da Câmara. -----

Agora nós Assembleia Municipal não conseguimos saber e a Assembleia tem o direito de saber da parte da Câmara e neste caso o Presidente que tem o pelouro nesta área, de quem é a responsabilidade porque assistimos a uma estrada que tem um ano e meio, foram gastos milhares e milhares de euros e que está cheia de remendos e que neste momento está quase que não diria intransitável mas para lá caminha. Seria importante que o Presidente nos desse o ponto da situação referente à estrada. Obrigado -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra para responder ao deputado Luís referindo que “dizer que a estrada está intransitável ou para lá caminha” é no mínimo não ter memória sobre como



estava a estrada e como se encontra agora. Mas posso fazer chegar à assembleia municipal as fotos do estado em que estava e como está. Acaba por ser o dia e a noite. Houve fotos de buracos, fitas métricas, etc. Sobre a questão da responsabilidade, a garantia existe e que o empreiteiro vai proceder à intervenção no sentido de ser reposto o pavimento na totalidade. Quando há pequenas intervenções há o compromisso do empreiteiro com a Câmara, quando existem pequenas intervenções necessárias para resolver pequenos problemas como tem acontecido, existe sim um acordo entre nós e o empreiteiro para que se possa resolver esses problemas. Agora perante este período que vem até final do verão está previsto uma intervenção para resolução do problema da estrada. Senão acontecesse tínhamos a garantia nas mãos para executar. -----

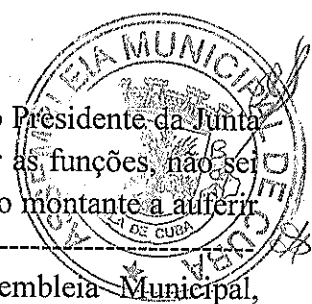
O deputado Luís Santa Rita tomou a palavra para reforçar que quando se faz uma obra é sempre para melhorar. Faz-se a obra para ficar em condições. Mais dois ou três meses senão se fizer nada verifique como está. Quando o Presidente diz pequenas reparações, são grandes reparações os funcionários da Câmara Municipal abriram dois buracos voltaram a tapar novamente na mesma. A Câmara gastou muito dinheiro, material e está a gastar muito dinheiro na estrada. Aquilo que ficámos a saber neste momento é que é importante e ainda bem que o Presidente da Câmara esclareceu porque na assembleia municipal anterior quando lhe coloquei a questão, o Presidente da Câmara quando lhe perguntei se de facto a responsabilidade era do empreiteiro aquilo que o Presidente me disse era que as palavras eram minhas. Quando o Presidente diz isso deduz-se que afinal a responsabilidade não é do empreiteiro. Hoje diz outra coisa diferente do que disse na assembleia municipal anterior. “Hoje está dizendo que a responsabilidade é do empreiteiro. Há uma garantia, que há uma caução e que a estrada vai ser reparada e nós se for assim congratulamos com isso. Esta conversa que estamos a ter se tivesse tido esta clareza o assunto estava arrumado. Da mesma forma que até o tínhamos se eventualmente reconhece-se que havia um falhanço que é perfeitamente normal. As obras são mesmo assim. Hoje já disse que havia uma responsabilidade do empreiteiro. Nós congratulamos com isso e esperamos que a obra seja o mais rapidamente possível concluída. -----

O deputado Carlos Almeida pediu a palavra para dizer que como sabem sou utilizador da bicicleta e a passadeira dos peões e das bicicletas e já que vão ter alguma intervenção não sei qual a solução para quem sai de casa e quem vai de bicicleta. Parece-se que torna-se muito perigoso, para quem sai de casa e está dentro da ciclovía não se se não deveria eliminar a questão da bicicleta e ser só passadeira ou arranjar alguma solução que minimize esse risco. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que muitas vezes para se ir buscar financiamento tem que se fazer um outro projeto. São opções na maior parte dos Municípios a situação de Beja e Évora, são formas de ir buscar financiamento mais amigos do ambiente. Não sei se mais alguém quer intervir. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra informando que em relação ao projeto foi feito por arquitetos e a questão da saída de habitações e da perigosidade, informou que a ciclovía tem dois metros de largura, por norma tem de ter apenas um metro. Todas as que tínhamos em Cuba anteriores só tinham um metro de largura. Aquela está prevista portanto a perigosidade acaba por não ser tanta, pois não há nenhuma ciclovía tão larga quanto aquela. São independentes, não nos foi relatada qualquer situação por moradores sobre a perigosidade da ciclovía ou peões. -----

A ciclovía tem dois metros de largura, pode ser ciclável ou pedonal, está marcada a ciclovía do lado exterior e pedonal do lado direito, o que significa que se os ciclistas cumprirem as regras nunca passam junto às casas. -----

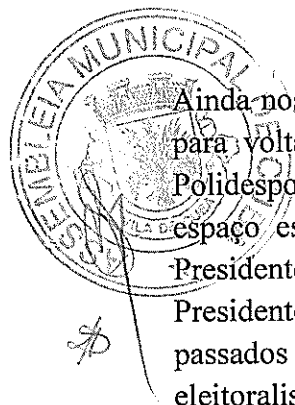


A deputada Teresa Calado pediu a palavra para fazer uma questão simples ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Ruiva, tive conhecimento que o Presidente iria exercer as funções, não sei se a tempo inteiro ou a tempo parcial, e a justificação para que tal aconteça, o montante a auferir e se já está ou se é para começar a auferir este montante. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que nós enquanto Assembleia Municipal, devemos colocar assuntos de interesse para o município, e que essas questões devem ser colocadas nos locais próprios como a Assembleia de Freguesia de Vila Ruiva. O Presidente na Assembleia de Freguesia de Vila Ruiva poderia responder às questões que lhe são colocadas. Aqui os Presidentes de Junta fazem parte da Assembleia por inerência de funções. Não estamos a fiscalizar as Juntas de Freguesia, nem os Presidentes de Junta, nem a efetividade de funções. Aqui tomaram posse como membros de pleno direito e é isso que aqui fazem. No entanto se o Presidente da Junta de Freguesia quiser responder é com ele. Mas a questão aqui colocada extravasa as nossas competências. -----

O deputado Raul Amaro pediu a palavra para responder que sim, é verdade já no mandato anterior tinha levado o assunto à Assembleia de Freguesia, foi aprovado por unanimidade pelas duas bancadas. Entendi não usufruir da verba nessa altura. Este ano resolvi levar novamente à Assembleia de Freguesia, para conhecimento que é uma competência minha e decidi de facto auferir essa verba porque acho que qualquer Presidente de Junta deve ser remunerado pelo trabalho que faz e normalmente eu só posso estar a meio tempo. Foi uma deliberação do PS e muito bem eu só posso estar a meio tempo porque a população não permite estar a tempo inteiro. Se pudesse estar a tempo inteiro, tenho a certeza que desenvolvia mais trabalho em Vila Ruiva e só é possível desenvolver mais trabalho como tenho feito se estiver a trabalhar, senão, vou a Vila Ruiva para assinar atestados. Entendi, acho que é justo auferir a verba, 600 e poucos euros. Acaba por não ser esse valor. Eu já tinha perto de 300 de ajudas de custo. Há um acréscimo de 300 € e que me vai prejudicar porque os 270.00€ eram dados como ajuda de custo, não iam a folha nenhuma e daqui vou ter que descontar. Decidi ficar a meio tempo e usar da verba, e acho que é justo. Já tenho dito nas reuniões da ANAFRE e devia estar a tempo inteiro e orgulho-me do que tenho feito em Vila Ruiva, não tenho feito mais porque não tenho conseguido, as verbas são diminutas, pois Vila Ruiva é uma freguesia de 20 km², tem uma freguesia e um lugar. Tem 450 habitantes, 2 cemitérios, uma série de igrejas, uma série de problemas, se nós não nos dedicarmos àquilo não se consegue fazer nada. Orgulho-me de dizer. Conseguimos implementar uma feira medieval, e aproveito para dizer que iria agradecer à Câmara Municipal e aos seus funcionários todo o apoio prestado. Este ano a feira medieval superou mais uma vez as nossas expectativas. Este ano a feira cresceu, levamos gente a Vila Ruiva. Espero que não se perca este evento. Está na moda as feiras medievais. Temos que pensar noutras coisas para que as pessoas não deixem de ir a Vila Ruiva. Fizemos hoje a romaria a N^a. Sr^a., da Repreza. Vi lá pouca gente do Concelho de Cuba. Vi lá pouca gente dos que estão aqui. Correu muito bem. Foi muito bom e mais uma vez foi um sucesso. Informou ainda que comecei a receber em Janeiro. É levado às assembleias de freguesia e só agora vos foi transmitido. Já o ano passado foi levado à Assembleia de Freguesia e os deputados todos sabem e trabalhamos com transferências no melhor e que podemos fazer desde janeiro que estou a usufruir desse montante. -----

O Presidente da Assembleia Municipal reforçou que não é nossa competência fiscalizar as Juntas de Freguesia, por isso existem as Assembleias de Freguesia. Com eleitos e esses sim tem que as fiscalizar, nós é a fiscalização da Câmara Municipal. -----



Ainda nos assuntos de interesses para o Município, o deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para voltar a um assunto, frente a frente com o Presidente da Câmara. Tem a ver com o Polidesportivo de Vila Alva. Numa Assembleia recorde-me perfeitamente de ter dito que o espaço estava numa situação de grande perigosidade e recorde-me perfeitamente que o Sr. Presidente da Câmara dizer aqui que não havia problema nenhum. Em situação crítica o Presidente da Câmara responsabilizava, relativamente a isso o que acho que está mal. Dizer que passados dois anos que o polidesportivo foi feito, temos consciência que foi uma obra eleitoralista. Faltando seis meses para as eleições e o Sr. Presidente sabia que não tinha dinheiro para terminar a obra mas fez o seu trabalho. Acontece que o espaço mantém-se precisamente igual àquilo que estava. Estas fotos foram-me enviadas hoje por dois munícipes de Vila Alva. O espaço não está só em más condições, não tem acessibilidades, não tem iluminação, não tem canalizações, não tem passadeiras para deficientes, enfim, não tem condições para estar a funcionar e hoje foi-me enviado duas ou três fotos sobre a lixeira em que se encontra. Não basta a degradação do espaço e criar um perigo terrível para os meninos que estão na escola. Perguntava ao Sr. Presidente quando termina com a angústia daqueles pais e daquelas crianças que de um momento para o outro pode haver de facto uma situação muito complicada. Penso que passados dois anos é altura de terminar a obra. Bem como para eu descansar e dar uma palavra a estes munícipes de Vila Alva. Dizer também Sr. Presidente que houve uma moção aprovada na Assembleia de Freguesia de Vila Alva por todas as forças partidárias, fazendo referência ao espaço. -----

Essa moção foi enviada para a Câmara Municipal e entregue ao Sr. Presidente da Câmara e o certo é que nada foi feito. Alguma confusão e perplexidade é o Presidente da Junta de Vila Alva que assiste a tudo isto impávido e sereno e não diz absolutamente nada. Enquanto o Presidente da Junta de Vila Ruiva argumenta, o Presidente da Junta de Vila Alva não diz nada. Queria procurar ao SR. Presidente quando termina com a angustia dos munícipes de Vila Alva. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra e agradeceu a intervenção do Deputado Luís Santa Rita, mas há pouco dizia que há três anos que o governo tomou posse e que não podia fazer tudo. Por acaso não são três anos, mas sim três anos e meio. Agora há dois anos e também não é dois anos é um ano e meio. Se ao governo não é possível, resolver os problemas em três anos e meio, há Câmara quer que se resolva tudo num ano e meio. Quando diz que nada foi feito, não... Foi feito um Polidesportivo em Vila Alva junto à escola. Não foi uma questão eleitoralista, não foi uma questão de falta de dinheiro, mas volto a explicar. Na altura, no âmbito da CIMBAI estava aberta para as escolas a possibilidade, de qualificar os espaços exteriores das escolas. Com a verba que tínhamos que era noventa e sete mil euros euros foram construídos dois polidesportivos. Um em Faro do Alentejo, outro em Vila Alva. Faro do Alentejo foi possível construir dentro da Escola, ficando pronto. Vila Alva a possibilidade era construir no espaço anexo, e ou aproveitávamos a verba e construíamos o polidesportivo entre Junho e setembro que era a altura de construção possível e sem prejudicar as aulas ou não o fazíamos. Portanto decidimos fazê-lo e a par disso foi feito uma projeto de arquitetura no sentido de todo o espaço envolvente, ser requalificado. Entretanto estávamos a preparar o projeto de requalificação do espaço porque tem que haver os projetos das especialidades, todas as matérias para avançarmos com o projeto e saber se havia hipótese de recandidatar ou não esse projeto. Até agora não houve essa possibilidade. Já temos recandidatado outros espaços desportivos e foram recusados. Decidimos fazer o projeto por administração direta. O município assim que for possível reinicia a obra. Será certamente este ano no período das férias escolares. -----



O Presidente da Assembleia Municipal agradece o esclarecimento, e refere que várias são as questões colocadas aqui que já foram colocadas noutras assembleias. Pelo que solicito a Câmara que alargue a periodicidade das reuniões de Câmara. As questões colocadas aqui poderão ser a Câmara, mas nos locais próprios. Todas as quartas-feiras se podem colocar estas questões de quinze em quinze dias. Então as reuniões por informação do Presidente da Câmara já são públicas. -----

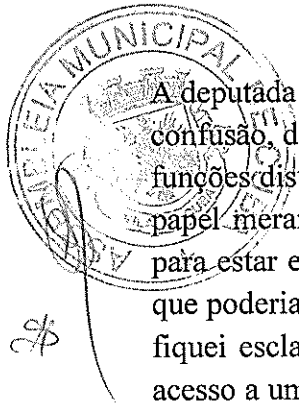
O deputado Luís Santa Rita pede novamente a palavra para referir que é um assunto de interesse para o Município, porque sendo um membro da Assembleia Municipal, eleito por uma força política, tem munícipes de Vila Alva que lhe enviam fotos e pedem para perguntar na sessão da Assembleia Municipal, o que se passa com o Polidesportivo de Vila Alva e como membro da assembleia municipal tenho o direito e o dever de questionar, de o Presidente da Câmara nada fazer e transmitir aos munícipes de Vila alva o porquê da obra não ser terminada a tempo sendo uma obra de grande perigo e uma angústia para os pais das crianças, tem uma ideia eu tenho outra. -----

O Presidente da Assembleia Municipal reforça que a Câmara não faz parte da Assembleia Municipal. Está aqui para esclarecer as questões colocadas. Muitas vezes estas questões que são colocadas neste ponto não são assuntos de interesse para o Município. Os assuntos de interesse para o Município são o desemprego, eletrificação do caminho-de-ferro, uma fábrica que feche, etc. -----

O deputado Carlos Almeida pediu a palavra, referindo que corre o risco de vir com um assunto que não é de interesse para o Município, uma vez que vai abordar uma situação que foi colocada ao Presidente da Câmara na última sessão em Faro do Alentejo, antes distribuiu uma proposta de alteração de horário de funcionamento da Piscina Municipal coberta assinada por mim quando era Vice-presidente e com um extrato de uma ata que ainda não tinha sido aprovada. Uma ata que foi aprovada hoje. Já na outra ata lamentei a situação porque a assembleia começa na deputada Julieta Caniço e acaba no deputado José António, portanto a assembleia deve ter em primeiro lugar. Esta situação não foi bem assim. Permita-me dizer que não entendi o porquê de isto. Sr. Presidente não preciso que me venha justificar o que eu digo. Aquilo que o Presidente da Câmara diz na ata é que a piscina estava mais tempo fechada do que aberta. -----

A piscina estava fechada, a piscina municipal estava mais tempo encerrada isto é verdade. Isto é o que ele diz e o que eu disse foi que a piscina fechava ao sábado ao domingo e abria na 2ª. Feira à tarde. O que diz o despacho “Era que a piscina era para fechar aos sábados, domingos segunda-feira e feriados. O Sr. Presidente o que vem aqui dizer é que tinha razão que estava mais tempo fechada do que aberta. Foi por isso que pediu um extrato da ata da assembleia para isso. Se for em relação à questão de segunda-feira à tarde deixe-me dizer-lhe que a piscina na segunda-feira à tarde estava aberta. É verdade que houve este despacho mas também é verdade que os professores que tinham turmas de competição e apesar da água ainda não ter o aquecimento suficiente mas como eram turmas de competição ela poderia funcionar na segunda-feira de tarde. Daí eu ter dito e não faltei à verdade que estava aberta nestas alturas. Agora a verdade que eu disse que o Sr. Presidente não está a falar verdade porque afirmou isto que eu disse aqui antes. Sr Presidente permitiu que o Presidente da Câmara entregasse isto na última assembleia e naturalmente tenho todo o direito de dar a resposta. -----

O Presidente da Assembleia Municipal declarou que permitiu que o Presidente da Câmara entregasse documentos, como permite que qualquer deputado entregue também os documentos que entenda oportunos à mesa e fizemos a distribuição e fomos os últimos a ver os documentos. -



A deputada Julieta Caniço pede a palavra para fazer referência a uma coisa que lhe causou muita confusão, desde que teve conhecimento do extrato da ata, sendo nós um órgão independente com funções distintas acabando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de dizer que nós temos um papel meramente fiscal não sei do quê, porque fui eleita ou quando concorri seria exatamente para estar em representação da população de Cuba. Quando me fazem uma questão pensava eu que poderia colocar aqui. Pelos visto vou responder que não tenho nada a ver com isso. Obrigado fiquei esclarecida. Então eu faço uma pergunta “Como é que o Sr. Presidente da Câmara tem acesso a um extrato de ata sem conhecimento e sem aprovação dos deputados. Parece-me que há qualquer coisa que não está a correr muito bem. Obviamente que vivemos em democracia e temos que estar todos muito bem uns com os outros. Mas somos todos adultos, por isso peço e só estou num órgão porque sou respeitada é isso que peço e não só peço, exijo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal questiona que falta de respeito é que houve, e da parte de quem? Um extrato de ata sem conhecimento dos deputados. Deve falar com o Sr. Presidente da Câmara. -----

A deputada Julieta Caniço pede a palavra para referir que as atas não são enviadas atempadamente. Eu pergunto quem é que nos falta ao respeito a um órgão e qual é o seu papel enquanto Presidente e permite que um Presidente de um órgão distinto tenha acesso às atas antes do próprio Presidente, é isto que digo que é uma falta de respeito, senão é da sua parte será da parte de alguém. Como Presidente da Assembleia será o primeiro a responder, aí peço desculpa, e deveria ter o primeiro acesso às atas. O Sr, ou alguém da mesa que teria acesso à ata e disponibilizaria extratos que só devem sê-lo depois de aprovadas. -----

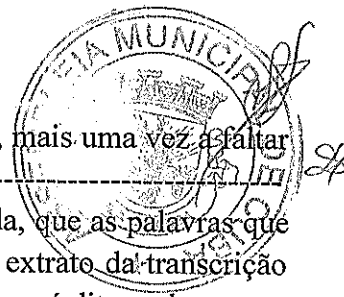
Como é que quando uma ata não é aprovada e eu não estive nessa reunião e só tive acesso a ata no sábado ou no domingo já não sei. Como é que o Presidente da Câmara já tem em janeiro ou fevereiro tem acesso à ata. Questão para o Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou a deputada Julieta Caniço, que a ata foi enviada por correio eletrónico ao presidente da assembleia Municipal, que por sua vez informou o funcionário que a ata não estava em condições de seguir. -----

Esta questão sobre o extrato de atas, aprovação de atas tem a ver com uma questão entre ex vereador com o Presidente da Câmara. Uma questão de executivo que nós enquanto assembleia municipal, foi uma discussão bastante feia entre os deputados Carlos Almeida, deputada Teresa Calado e Presidente da Câmara. Discussão acesa naquela assembleia municipal. Decidiram continuar e transportar com os assuntos para outra sessão e neste momento estamos as voltas com um extrato de ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que caso pretendessem façam uma intenção de declaração de voto da bancada em relação a esta situação façam e ficará anexa à ata, porque devem concretizar aquilo que querem porque estamos a discutir este assunto à duas sessões. Este assunto já foi discutido na sessão em Faro do Alentejo, volta a ser discutido em Cuba, recordo-vos que os assuntos e por isso é que antes de dar a palavra ao deputado Carlos Almeida, os assunto de interesse para o município, está legislado, não sou eu que invento tem a duração de sessenta minutos. São onze horas da noite, ainda se continua nos assuntos de interesse para o município e temos onze pontos ainda para nos pronunciarmos. -----

O deputados Carlos Almeida pediu a palavra para lembrar quando diz que houve uma discussão vergonhosa, vou-lhe dizer o que diz que concretamente está na ata “Só para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não está a falar verdade”. Fechava sábado, Domingo e abria segunda-feira à tarde. A quantidade de pessoas a frequentar as piscinas nessa altura era diminuta.



Era uma ou duas pessoas o máximo estava aberta de segunda a sexta-feira, mais uma vez a faltar à verdade”. Isto é uma discussão lamentável? -----

O Presidente da Assembleia Municipal informa o deputado Carlos Almeida, que as palavras que foram ditas não era que o presidente estava a faltar à verdade... E que o extrato da transcrição que foi apresentada, não era a ata, mas sim a transcrição integral daquilo que é dito, pelo que ao invés de estar escrito em rodapé “Ata da Sessão da Assembleia Municipal de data x”, deveria estar “Transcrição do ficheiro áudio da sessão da assembleia municipal de cuba do dia x”. Depois as atas têm que ser devidamente compostas. É uma questão de metodologia de trabalho, que por algum lapso foi erradamente com o rodapé da ata, quando se tratava da transcrição. -----

A deputada Julieta Caniço pediu a palavra para dizer que isso é inadmissível com todo o respeito que se merece, sentiu-se desrespeitada enquanto pessoa, profissional e enquanto munícipe e peço imensa desculpa porque tenho muita consideração por si, porque acho que é uma pessoa isenta e devia ser e deixei de ter. Isto vale o que vale. -----

O Presidente da Assembleia Municipal repetiu a deputada Julieta, referindo que isto vale o que vale, estamos a prolongar uma discussão que já vem de Faro do Alentejo. Pergunto é só para manifestar a sua indignação fica registado o facto da deputada Julieta Caniço ter manifestado a indignação pela questão das atas ou reproduzimos a discussão, são mais 10 folhas de atas. Eu e a mesa vamos olhar para as atas para se tornarem minimamente perceptíveis o que se quer. “Manifestação da indignação pela situação”, sim e prevenção para que não volte a acontecer exatamente porque este órgão tem que ser respeitado e considero que nós enquanto deputados da assembleia municipal fomos desrespeitados, isto é grave em democracia. -----

A deputada Teresa Calado pediu a palavra para informar que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal mencionou o seu nome relativamente à situação que ocorreu na reunião de dezembro, pelo que quis informar que da sua parte sempre que forem aqui afirmadas situações que não correspondam à realidade irá sempre identificar e ter a sua opinião a essa situação. Se digo que não corresponde à realidade se diz que é o oposto da realidade ou se diz que está a faltar a verdade ou se está a mentir, portanto são sinónimos que eu vou continuar a dizer que é importante repor a verdade nalgumas ou em todas as situações que identifique para ficar registado em ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal lembrou a deputada Teresa Calado, que está a falar enquanto deputada e não enquanto ex vereadora do Partido Socialista. -----

A deputada Teresa Calado referiu que está enquanto deputada, para validar o trabalho que está a ser feito pelo atual executivo. Sabemos quem recorrentemente vai buscar situações do passado não sou eu. Naturalmente que essas situações são trazidas aqui à Assembleia Municipal pelo Sr. Presidente da Câmara que está sempre a referir o passado e deveria estar mais preocupado com o presente naturalmente que foram situações que eu tenha conhecimento eu tenho que fazer menção do conhecimento das situações sabendo eu que não corresponde àquilo que está a ser afirmado eu tenho que repor a verdade. Se é na qualidade de deputada, é na qualidade do conhecimento que tenho daquela situação. Acho que tenho sempre intervindo em função de outras intervenções de outras pessoas que são aqui colocadas. -----

Uma vez que já não se verificaram outros assuntos de interesse para o Município, o Presidente da Assembleia Municipal antes de passar para a ordem do dia, perguntou se alguém do Público deseja intervir, uma vez que ainda temos o período de Intervenção do Público. -----

Como não se registam intervenções, passou-se para o Período da Ordem do Dia:-----



O Presidente da Assembleia Municipal informou que recebeu uma adenda de uma nova proposta:
- O projeto de musealização da Casa Fialho de Almeida em Cuba. Elaboração, conceção, montagem, mobiliário e multimédia. -----

Propostas de aprovação do projeto por parte da assembleia municipal ao abrigo dos nºs.1 e 2 do artigo 5º. Da Lei das Finanças Locais. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que tentou passar junto das várias bancadas, não só junto do deputado Carlos Almeida como com a bancada da CDU, para colocar esta questão, que surge extemporânea, mas que vinha no seguimento dos pontos 6,7,8,9 e assim o Dr. Vítor Fialho poderá dar o esclarecimento com a anuência do Sr. Presidente da Câmara relativamente à inclusão deste ponto. -----

O porquê de aparecer este projeto aqui neste ponto e esta alteração à ordem do dia. Antes de fazer a minha proposta à ordem de trabalhos eu propunha então que se fizesse esta explicação mais sucinta e desta alteração à ordem do dia. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra e passou a palavra ao Dr. Vítor Fialho que esclareceu que este ponto é uma interligação direta com os outros quatro pontos. Na prática, está explícito na informação todos os investimentos que se faça e que eventualmente venham a ser submetidos a contratação de empréstimo de médio e longo prazo, eles quando excedem 10% da despesa de investimento tem que ser previamente e o tribunal de contas recorde uma situação de 2015, que foi similar, em que o tribunal de contas entende que deve haver uma deliberação expressa e prévia ao empréstimo em que se pronunciem sobre o interesse municipal desse projeto, sempre que exceda 10% da despesa do investimento em causa. Vocês tiveram conhecimento do orçamento do investimento do capital em causa e nessa perspetiva os outros quatro documentos já estavam e em princípio não é essa a questão que nos traz aqui hoje e em princípio em junho há um empréstimo e provavelmente já teremos, se assim esperarmos são questões artísticas e nem sempre correm a velocidade que nós queremos e da musealização já estará pronta quando a assembleia municipal deliberar o empréstimo. Logo é importante que o projeto pelo menos esteja aprovado, não fosse o tribunal dizer que devia ser submetido à apreciação do órgão deliberativo a aprovação do empréstimo, que já está implementada. -----

Foi na sequência de uma reunião interna com os técnicos e os dirigentes da autarquia e entendemos que a musealização também deveria integrar o empréstimo. Em junho explicaremos a lógica dos empréstimos, registar assim quando fizemos o empréstimo dos 350.000.00 €, o tribunal de contas é bastante pouco flexível, na não apresentação de um documento em que a assembleia municipal se pronuncie previamente ao investimento que depois vai constar do empréstimo. -----

Neste caso em concreto digo e reforço, ninguém vai falar em empréstimos a única coisa que a assembleia municipal se deve pronunciar é se esses quatro pontos, acrescido do quinto se são de interesse ou não do desenvolvimento para o concelho. -----

Penso que está tudo esclarecido mas se houver mais alguma dúvida estarei disponível para prestar esclarecimentos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta se os deputados querem colocar alguma questão e propõe a inclusão deste ponto na ordem do dia ficando para 12º. Ponto.

A deputada Julieta Caniço pediu a palavra para registar que pelo menos o Tribunal Constitucional valoriza e respeita as Assembleias Municipais. Informa ainda que vamos aceitar a inclusão deste ponto exatamente porque ao contrário, temos sido tão mal tratados que temos noção que é fundamental para o desenvolvimento da nossa terra. Temos essa noção. Somos

pessoas responsáveis. De qualquer forma tenho que dizer que nós enquanto deputados
trabalhamos os documentos. Vamos ver se os valores se sim se não. Esta adenda vem de 26/10/19
nos entregue a 27 e 28 e hoje é 29 de abril de dois mil e dezoito. -----

Portanto gostaria de dizer que tivessem atenção aos documentos. Não pode ser assim temos que
trabalhar com algum rigor e com alguma planificação. Nós deputados do PS, gostamos de
trabalhar assim, com planeamento, gostamos de saber o que estamos a fazer. Nem sempre isso
nos é possível. Ao contrário do que o Sr. deputado Cabrita disse isto são fundos comunitários, se
não forem aprovados não há investimento nem na Cuba nem no Alentejo, nem em nenhuma zona
do país. Exatamente Sr. Deputado é isto que estamos a falar e efetuar empréstimos, para poder
candidatar projetos a fundos comunitários. Senão tivéssemos na união europeia, não havia
fundos comunitários, mas gostava de deixar esta ressalva e esta preocupação. Peço imensa
desculpa não tirei a noite para implicar consigo, mas que tenho este cuidado porque efetivamente
gostamos de fazer o trabalho sempre que nos é possível. Daí que tivéssemos telefonado ao Dr.
Vítor para perceber o que estava aqui a passar, mas sim aceitamos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que quando recebeu a informação também teve o
cuidado de telefonar aos representantes das bancadas do PS e da CDU para que o assunto fosse
rapidamente esclarecido pelo Dr. Vítor. É claro que aceito a sugestão, para que a Câmara seja
mais célere na transmissão destes assuntos, quando estas situações acontecerem. Propõe-se à
votação da alteração à ordem de trabalhos com a inclusão de mais este ponto. -----

Aprovado por unanimidade a inclusão de mais um ponto. -----
Ainda vai haver outra proposta à ordem de trabalhos. A proposta é que se faça a apresentação e
votação da prestação de trabalhos, que se faça também a apreciação e votação da qualidade de
sócio. A ordem dos pontos ficará 3, 5, 2 e 4. para se proceder às questões para a Dr.^a Carmen e o
Dr. Pedro Manso poderem sair que é o representante do revisor oficial de contas, também poder
sair, depois podemos continuar com a ordem de trabalhos, como aqui está. -----

Feita a proposta de alteração à ordem de trabalhos quem concorda, e quem se abstém. Aprovado
por unanimidade. A alteração à ordem de trabalhos. -----

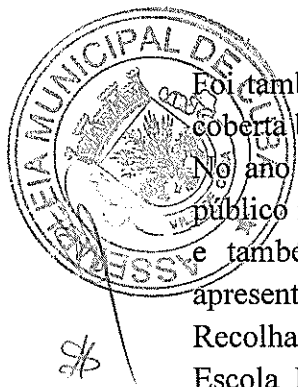
Passou-se à apreciação e votação individual de contas do Município de Cuba ano de 2018. –

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara para fazer uma breve
intervenção sobre a prestação de contas, a parte técnica será apresentada será apresentada pelos
técnicos da Câmara e pelo revisor oficial de contas. -----

O Presidente da Câmara informou que todos os elementos da Assembleia Municipal tiveram a
oportunidade de receber o documento. Numa nota introdutória são analisadas as questões
políticas relativas às grandes opções do plano, essencialmente aquilo que foi realizado em termos
de atividade e ações. -----

O ano de 2018 foi marcado por uma grande variedade de ações concretizadas e também houve a
necessidade de produzir internamente inúmeros projetos e candidaturas com vista à captação de
vários fundos para investimento. -----

O ano de 2018 fica marcado pela maior admissão de trabalhadores, alguma vez feita na autarquia,
que são dos aspetos mais relevantes. Foi também no âmbito das obras de administração direta,
construídas algumas ações, nomeadamente a construção dos bancos de futebol de faro do
Alentejo, as obras de adaptação e melhoria dos Paços do concelho, obras de reabilitação de
várias associações associativas. Obras de conservação de polos escolares, obras de conservação
da antiga parte do quartel dos bombeiros voluntários de cuba. Obras de reparação de algumas
habitações sociais e postos médicos de saúde. -----



Foi também lançado no ano de 2018 a empreitada de remodelação de aquecimento da piscina coberta bem como a sua adaptação ao sistema de iluminação LED. -----

No ano de 2018, destaca-se a conclusão da casa Escritor Fialho de Almeida que irá abrir ao público no 1º. Semestre de 2019, estando neste momento a decorrer os trabalhos de museografia e também destacar durante o ano, uma série de candidaturas e de projetos que foram apresentados, alguns deles estão aí referenciados, nomeadamente a construção de um CRO Recolha oficial de animais. Projeto canil gatil. Modernização e remodelação desportiva da Escola Profissional, projeto do Eco parque na albufeira de albergaria dos fusos, projeto de reabilitação na antiga Taberna do Canhoto. -----

Projeto de reabilitação urbana da estrada da circunvalação da Rua 1º. De Maio e também da Rua da Horta do Bicho. Foram candidatados aos Fundos comunitários. -----

No âmbito da Cultura mantivemos uma série de atividades culturais destinadas essencialmente na biblioteca com diversas iniciativas. Continuamos a realizar com alguma regularidade as feiras das freguesias tirando uma ou outra questão, nomeadamente uma que não se realizou e que a freguesia de Cuba efetuou outra iniciativa em detrimento da passagem de ano. Criámos um evento novo em Vila Alva, “Trovão do Tareco” provisório e experimental e que nos deixou a sensação que existem fortes especialidades de se valorizarem e de serem um evento importante, mantivemos as outras iniciativas nomeadamente o curso carnavalesco. O Festival do Caracol, a feira anual de Cuba que são habituais. -----

A nível do turismo participamos numa série de ações voltamos a realizar uma serie de iniciativas. Ofertas turísticas e aderimos a vários programas nomeadamente que também projetaram os nossos produtos e as nossas tradições. -----

Na área social tivemos algumas novidades com a inclusão de novos programas nomeadamente alguns acordos que assinamos com a rede solidária de medicamentos, a criação do projeto de inovação social 10000 vidas. O projeto mais próximo, permitir aos serviços estarem próximos nas freguesias através de atendimentos.-----

Na matéria da educação, destacar a inovação de algumas introduzidas no ATL de verão. Na vertente desportiva mantivemos os eventos que normalmente fazemos, e foi criada a escola municipal de atletismo, que já tem neste momento um nível considerável de participantes. -----

Na área ambiental também fizemos uma serie de sessões de sensibilização mas destacar que o município de cuba mais uma vez recebeu o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano que já tinha recebido em 2017 e 2014. -----

Outra das grandes novidades do ano de 2018 foi a criação do Gabinete Municipal de Proteção Civil e da elaboração do Plano Municipal de Defesa contra a floresta e incendiou de 2ª. Geração, que já foi aprovado e está para sair em Diário da Republica. -----

Nas outras áreas mantivemos os acordos com as associações, aumentando algumas verbas nalgumas áreas e na parte financeira o município prosseguiu a trajetória de redução do endividamento e atingimos todos os objetivos a que nos propusemos apesar das fortes restrições orçamentais, das leis que vão sendo implementadas em todos os orçamentos do estado todos os anos e que tem sido catastrófica dos orçamentos municipais. -----

Apesar de todos os vaticínios negativos por parte da oposição relativamente ao equilíbrio orçamental e outros materiais afinal comprova-se com esta apresentação de contas que a política seguida correta e que não há nível para preocupações porque o Município de Cuba está a nível financeiro muito bem. Basicamente é isto e deixar um agradecimento aos trabalhadores do município pela elaboração do orçamento e pelo ano de trabalho. -----



Passo a palavra à Dra. Carmen Estrela para explicar um pouco das questões técnicas e das grandes rubricas onde foi gasto o dinheiro e compará-lo também com os outros anos. A Dr.^a Carmen Estrela referiu que a prestação é um reflexo das opções que foram tomadas em termos do executivo e em termos das grandes opções do plano. Será tecnicamente um encerramento de ano em si em termos depois da avaliação quer da parte orçamental quer da parte patrimonial. -----

A parte da execução orçamental iremos falar em termos das grandes opções do plano e em termos de execução orçamental propriamente dita da receita e da despesa e depois uma análise patrimonial em termos do balanço e da demonstração de resultados uma ótica de acréscimos de proveito e custos. -----

Em termos da execução orçamental constata-se que no ano 2018, houve um decréscimo do volume da receita arrecadada dentro da ordem dos 341.000,00€, esta análise é feita não levando em consideração o saldo da gerência pois este de 2017 foi muito superior ao de 2018, podendo depois induzir em erro. -----

O saldo da gerência não é propriamente uma receita é um montante que fica em termos do encontro de contas em termos de receita e despesa do ano anterior, é variável, não é uma receita propriamente dita em termos municipais. Pode ser depois utilizado para o reforço do orçamento do ano seguinte mas comparativamente com o ano de 2017 foi levado em consideração apenas a receita orçamental e não o saldo da gerência, houve um decréscimo de 341.000,00€ -----

Relativamente ao grau de execução da receita e para não me estar a repetir uma vez que são conceitos técnicos e podem não ter ficado bem esclarecidos, aqui a execução da receita orçamental diz respeito à receita cobrada sobre a previsão corrigida sobre o orçamento que foi equacionado inicialmente e todas as alterações e revisões que foram feitas ao longo do ano. Por isso aqui a execução da receita terá a ver com receita cobrada e as previsões, verifica-se que o grau execução de 2018 foi superior à de 2017. -----

Em termos de receita corrente houve aproximadamente uma execução de 101.80%, superámos os 100%, da previsão de que estava previsto em relação àquilo que foi arrecadado. -----

Em termos de receita de capital verifica-se um decréscimo acentuado dentro da ordem dos 634.000.00€ e a taxa de execução dentro dos 53%. A taxa de execução é a receita cobrada de capital tem a ver com o investimento sobre a previsão que estava equacionada para o ano. -----

Aqui efetivamente verifica-se um decréscimo acentuado de 600.000,00€ e deve-se essencialmente ao facto de só existirem dois grandes projetos com financiamento comunitário que é a casa Fialho de Almeida que não estando concluída foi o projeto de relevo em termos de relevo do ano de 2018, e da modernização administrativa. -----

Verificamos o aumento em termos da receita corrente e o decréscimo em termos da receita de capital. -----

Em relação a anos anteriores, repetimo-nos relativamente ao peso das transferências do estado o município de Cuba é muito dependente de receitas exteriores nomeadamente receitas do estado e dos fundos comunitários e elas representam, embora tenham diminuído em relação a 2017, o peso é de 61,64%, o que é bastante e tem a ver com as próprias características do Município e da forma de haver dificuldade em se gerar receita própria, daí que o peso da receita própria em termos das receitas municipais seja relativamente baixa, comparando com 2017 verifica-se uma subida de 15 para 19%. -----

No conjunto em termos de receita o ano de 2018 verifica-se uma execução superior ao de 2017. -



Em termos das receitas municipais e verificando-se aqui o gráfico receitas próprias transferências e impostos diretos e os passivos financeiros as receitas próprias do município tal como tinha dito anteriormente sobem relativamente a 2017. As transferências acabam por ser menores também porque tem no seu conjunto pela parte de capital. -----

Em termos de receitas próprias estas são as do município são os impostos diretos, as taxas, as vendas de bens e serviços que relativamente ao ano de 2017 tem aqui alguma variação positiva em termos do próprio acréscimo relacionado com as alterações tarifárias que nos levam em termos dos impostos indiretos em termos de vendas dos bens e serviços e das taxas justifica o incremento da receita própria. -----

As receitas próprias no ano de 2018 subiram cerca de 7,77%. e os Impostos diretos relativamente ao gráfico anterior, subiram 46,72%. -----

Na parte da execução da despesa houve um decréscimo de 14,38% entre 2017 e 2018 e que em termos de execução da despesa ela se situou entre 85,52%. -----

Comparativamente com o ano de 2017, o nível global de execução da despesa passou de 85,6% para 86,52%, não é muito significativo o que se passa em termos do decréscimo. -----

No que se refere à despesa este gráfico e depois mais à frente está em % os aumentos e diminuições dizer que dá para visualizar bem no gráfico o aumento das despesas com o pessoal dentro da ordem dos 5% uma diminuição em termos da aquisição de bens e serviços pela coluna da parte da aquisição dos bens de capital é notório também a nível da despesa a diminuição do ano de 2017 para 2018. Essencialmente do gráfico o que podemos reter a nível visual e o que nos salta mais a vista são acréscimos e diminuições neste capítulo que estão espelhados em termos de percentagem. As despesas com o pessoal subiram 5%. Há uma diminuição com a aquisição de bens e serviços. Depois mais expressivo a aquisição de bens de capital que desceram 60,34% e tem a ver com o que foi justificado na receita quer na parte de capital os projetos não avançaram com os termos das candidaturas não passaram para o terreno e a realização o que foi em termos de projetos. -----

Em termos de passivos financeiros o montante está em termos de subida, refere-se a ter terminado o período de carência dos empréstimos e acabar por haver maior amortização dizer que as amortizações e os empréstimos foram cumpridos dentro dos prazos e que não há atrasos nos pagamentos. -----

Relativamente a questão do peso das despesas verificamos que o município acaba por ter, e é estruturante um grande peso com as despesas com o pessoal, que em termos absolutos tiveram um acréscimo de 112.000.00€ cerca de 5%, tinham sido referidos anteriormente. -----

Em termos de aquisições de bens e serviços levam uma fatia significativa do orçamento 27,60% decréscimo termos de aquisição de bens e serviços e estava referenciado em termos de gráfico na ordem dos 100.000 €. -----

Em relação aos bens de capital é notória a questão do peso relativo à despesa uma vez que a execução foi menor e dentro da ordem dos 800.000€ e 60% em termos de percentagem. Os passivos financeiros e como tinha dito anteriormente os empréstimos tem aqui um acréscimo que tem a ver com mais amortização via período de carência ter terminado. -----

Isto era o que tinha para vos dizer em termos de parte orçamental que tem a ver com a despesa em que depois se encontra o dito saldo orçamental. Melhor que do ano de 2017 via também ter incluído montantes de empréstimo de médio e longo prazo cujos projetos não arrancaram e houve forçosamente a sua utilização e que o período de carência terminava e os projetos ter durante o ano de 2019 execução, ficou em saldo de gerência. -----



Em termos de análise patrimonial e aqui uma ótica do balanço e da demonstração dos resultados vemos algumas questões que me parecem ser mais importantes de referenciar por isso vamos ver a questão do balanço, da demonstração dos resultados e dizer que durante o ano de 2018 em termos do imobilizado houve por parte dos serviços um empenho em fazermos uma atualização relativamente aos bens que estariam por registar, situações antigas que ainda ficaram algumas por resolver e que tem expressividade e acabaram em termos dos relatórios dos auditores, aparecerem como uma reserva como já havia em anos anteriores isto porque é significativo e importante sabermos aquilo que detemos em termos de ativo e nomeadamente em termos de imobilizado, tem muito peso no balanço das autarquias e não termos os bens totalmente registados em termos de património. -----

Foi feito um esforço no sentido de se fazer uma recolha em termos de histórico de saldo. Foram registos muitos valores que estavam em imobilizado em curso, daí que verificar-se uma diminuição em alguns itens do imobilizado, nomeadamente nos bens do domínio público e algumas imobilizações em termos dos investimentos financeiros que teve a ver com o facto do registos para a imobilizado firme o imobilizado que estaria em curso efetivamente. Ele começo a amortizar por isso no ano de 2018 há mais amortizações por força desta atualização. -----

O imobilizado líquido nalguns itens acaba por ficar menor. Em termos das imobilizações corpóreas como também houve acréscimos não é tão notória esta questão. Em termos de clientes contribuintes e utentes o retrato é muito semelhante ao ano de 2017 há exceção de se olharmos para a barra do estado e outros entes públicos, vê-se uma grande disparidade de valores que tem a ver essencialmente com o facto de nós termos o reembolso do IVA que depois ocorreram e encaixaram em 2018, e que em 2017 ainda estavam na parte da TA para reembolso, daí que aparecer como se o estado nos devesse muito dinheiro. Tinha essencialmente a ver com reembolsos de IVA, que se efetivaram depois em 2018 e em 2017 houve um afluxo maior em termos de reembolso que foram colocados à TA. -----

Isto no que diz respeito à parte do ativo. -----

Em termos das dívidas de curto prazo, os empréstimos como já tinha falado anteriormente é-nos exigido que haja uma componente de curto prazo mas que tem a ver com o vencimento no ano seguinte do empréstimo de médio e longo prazo. Relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo consideramos como dívida de curto prazo, há um ligeiro aumento em relação ao ano de 2017, pelo que já foi dito anteriormente. -----

Vamos amortizar mais empréstimo, temos mais empréstimo utilizado, o valor das dívidas em termos de previsão acaba por ser superior. A dívida de fornecedores conta corrente também aumentou em relação a 2017. Os fornecedores do imobilizado que tem a ver com a parte do investimento, claro que vai ter o mesmo seguimento em termos de decréscimo de dívida, uma vez que houve menos movimento em termos de investimento. Em termos do estado e outros entes públicos também temos um aumento, não porque estaremos a dever mais ao estado propriamente dito em termos de dívida, mas por sugestão dos auditores, o montante dos encargos de Dezembro no ano de 2017, foram considerados só como compromisso por sugestão dos auditores e porque parece mais correto no ano de 2018, consideramos como dívida porque ele efetivamente é pago em janeiro de 2019, mas refere-se ao ano de 2018, não como um compromisso mas também já como uma dívida. Daí haver um ligeiro acréscimo em termos do estado e outros entes públicos. Em termos da demonstração dos resultados relativamente ao ano de 2017 e pela análise do gráfico acabámos por não ter grandes diferenças no que diz respeito



aos proveitos e ganhos e as barras serem mais ou menos similares no que diz com a exceção de uma ligeira subida da venda de prestação de serviços e dos impostos e taxas. -----

Em termos das vendas e tal como em anos anteriores é expressivo que é a água dentro da venda dos bens aquela que maior fatia em termos da receita dos bens e em termos de proveitos fica registada, a venda da água. Em termos das prestações de serviços, tal como foi dito em termos da execução orçamental, a parte dos resíduos sólidos tem a ver com a questão da atualização das taxas acaba por ser expressivo o aumento e em termos do gráfico algum decréscimo de receita dos serviços sociais, culturais e desporto e as rendas acabam por andar equiparadas ao ano de 2017. Não há assim grandes oscilações em termos da parte da prestação de serviços. Em termos das taxas e dentro dos grupos a visualizar será parte do saneamento aquele que mais expressividade tem em termos de proveitos e que também vem sendo justificado pelas atualizações do tarifário. Relativamente aos impostos e aos impostos diretos aqueles que vem do estado temos um aumento em termos de IMI, IMT, Imposto único de circulação e também da Derrama. -----

Por isso em termos gerais todos os imposto subiram no ano de 2018. Em termos de percentagens os acréscimos no IMI aumentou de 52, 71% , IMT 96,82% , derrama 164,35%. -----

Os impostos acabam por ter uma grande importância em termos dos proveitos. Em termos dos custos e perdas tal como tinha referido a orçamental acaba por se refletir as diminuições termos dos fornecimentos e serviços externos tem a ver com a água, a luz e outro tipo de serviços, o pessoal, acréscimo que foi referenciado na orçamental dentro dos 5%. Aqui estamos a falar da patrimonial mas que se verifica o incremento dos custos com o pessoal e depois as amortizações do exercício por força de todas a atualizações que fizemos em termos do imobilizado e que no ano faz refletir um valor mais expressivo de amortização. O gráfico acaba por ser só a divisão pelos órgãos, o pessoal, os encargos. -----

Em termos dos subsídios também desagregar, onde houve mais custos, foi os aumentos verificados em termos das freguesias e uma diminuição de custos em relação a outros itens e também teve a ver com a questão de alguns compromissos não se terem tornado dívida por não ter havido documentação por parte das entidades em relação aos protocolos. -----

Em termos dos fornecimentos como tinha dito anteriormente, houve decréscimo em termos globais e verifica-se em termos por itens a parte da eletricidade, os combustíveis e outros acréscimos em termos dos trabalhos especializados que caba por ser estes outros diversos. -----

Não está no slide mas estava no relatório que com esforço e alguma dificuldade conseguimos o equilíbrio orçamental mas deveu-se a um empenho e diligências no sentido do recebimento de verbas que eram necessárias e também de um equilíbrio dos pagamentos e controlo dos mesmos conseguiu-se esse objetivo do equilíbrio orçamental mas que traria alguns dissabores senão conseguíssemos, tivemos um super ávido no ano e conseguimos recuperar o do ano anterior. ----

Se houver questões estou disponível para esclarecimentos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações técnicas da Dr.ª Carmen. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que é a primeira apresentação de contas que temos com o revisor oficial que foi aprovado na Assembleia Municipal Oliveira Reis e associados, que está connosco aqui esta noite o Dr. Pedro Manso. Uma vez que tiveram oportunidade de receber o relatório detalhado sobre a revisão económica feita pelo revisor oficial, peço que se quiserem esclarecer alguma situação o Dr. Pedro está disponível para o fazer.-----



O deputado João Leirão pediu a palavra para falar nas duas reservas que colocou no relatório. A segunda reserva colocada a minha questão é no vosso parecer se fosse contabilizado de acordo com a vossa menção qual seria o impacto positivo ou negativo que ia trazer as contas do município. Estamos a falar de um município capitaliza com a informação financeira componente fixa e a minha pergunta era se esta capitalização do investimento não fosse realizada e qual o impacto que isso teria e qual a alteração mais visível nas contas do município. -----

O Dr Pedro Manso referiu que é um prazer estar pela primeira vez na Assembleia Municipal de Cuba, em meu nome e em nome da Oliveira Reis e Associados. Relativamente ao tema da segunda reserva em concreto estamos a falar de uma componente fixa que é debitada pelas águas publicas do Alentejo e estamos a falar de um valor acumulado de um conjunto de anos que decorreu desde que este contrato foi celebrado, conjunto alargado de anos a contribuir para este montante basicamente de um montante acumulado em resultado e no valor do ativo de um milhão trezentos e vinte e sete mil euros, dos quais um milhão duzentos e cinquenta mil euros não respeitam a dois mil e dezoito, respeitam a anos anteriores. O diferencial é no fundo a faturação do ano de dois mil e dezoito essa é respeitante ao período de dois mil e dezoito, cerca de um milhão duzentos e cinquenta mil euros correspondem a anos anteriores. -----

Este tema não é consensual mas é a posição que a Oliveira Reis e Associados, toma em todos os Municípios. São alguns municípios e nós não podemos deixar de atuar de forma consistente quanto a uma matéria que na prática é idêntica a todo um conjunto de entidades. -----

O deputado João Leirão refere que se for numa perspetiva de uma empresa dita normal que é o que conheço, ou seja ai estará uma quatro correto? Teria que ser contabilizado com um custo direto? -----

O Dr. Pedro Manso confirma. -----

Tem a palavra o deputado João Leirão para concluir que caso o município contabilizasse isso de acordo com o vosso relatório iríamos ter um custo de um milhão e trezentos e vinte e sete mil euros, e iríamos incrementar um custo de exercício. -----

O Dr. Pedro Manso reformula que iríamos ter um custo de exercício de setenta mil euros, visto que o restante era afetado, não o resultado do período mas o capital. Da mesma forma quando este ano existem registos de imóveis em função do trabalho de recuperação de cadastro que foi efetuado. Esse imóvel é registado na conta do imobilizado como ativo e a contrapartida não é o resultado do período. É uma contrapartida através de resultados transitados aqui é a mesma situação em sentido inverso. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que sobre este assunto e como o Dr. Pedro Manso já disse cada empresa tem a sua forma de olhar para esta questão das infraestruturas da água. Tivemos anteriormente a Amável Calhau desde que o contrato com as águas públicas quer a outra empresa Marques que foi no outro mandato connosco olhava esta forma diferente da Oliveira e Associados. Portanto achava que esta gestão das infraestruturas deviam ser uma parte em capital e outra em correntes. Aqui a Oliveira e Associados tem uma visão diferente, também já tive oportunidade de dizer. Acho que o Município, há verbas que paga para que investimentos que sejam feitos no concelho houve investimento que foram e nomeadamente a questão da ETA. Os municípios têm quarenta e nove por cento das Águas Públicas do Alentejo e a questão que se coloca é de quem será esse património? -----

Tenho algumas dúvidas e já o disse aos revisores, no meu ponto de vista que nós não tenhamos em relação a este ponto a agir bem e o custo não deva ser considerado como capital. De qualquer forma e tanto que há revisores duas empresas anteriores a esta que consideram isso dessa forma.



Dizer que a ERSAR tem opinião diferente e a ARSAR acha que não. -----

De qualquer forma supomos que as Águas Publicas do Alentejo terminam o contrato de parceria que tem com os vinte municípios que tem neste momento. De quem é o património tendo os municípios quarenta e nove por cento? A questão ficará sempre em aberto e o ponto de vista pessoal e o Município de Cuba olhando para a percentagem que tem, quatro virgula cinquenta e sete por cento do património da AGEDA e isso será muito superior a um milhão e duzentos mil euros. -----

É a minha leitura e a de alguns revisores. É um acumulado desde que foi assinado o acordo de parceria com os vinte municípios. Ferreira do Alentejo acabou por não aderir. Têm quarenta e nove por cento das ações das águas públicas. -----

O deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para referir que tem dúvidas no quadro apresentado terminamos o ano de dois mil e dezoito com mais dívidas de curto prazo. Houve aumento de impostos à volta de quarenta e cinco por cento, mas houve menos transferências para as associações? -----

A Dra. Carmen explicou que em termos de custos. A análise que é feita em termos da orçamental é diferente da ótica da patrimonial. Na orçamental tem a ver com recebimentos e pagamentos. Na patrimonial tem a ver com acréscimos e é uma ótica dos acréscimos diferente da forma como tratamos e a leitura que fazemos dos números. O que disse é que em termos das associações poderia levar a erro haver valores em termos dos gráficos que levassem a um decréscimo em termos de custo poderia o mesmo estar apenas como compromisso e não refletido. Em termos da receita houve alterações e em termos dos acréscimos em termos de conta corrente houve também aumento. -----

O deputado Luís Santa Rita questiona se nas áreas sociais houve também menos investimento que em dois mil e dezoito. Em termos de PPI, quando analisou as atividades mais relevantes. ----

A Dr.^a Carmen explicou que como já lha havia dito, a análise deveria verificar em termos do que ficou por pagar em termos de compromisso dessas áreas. Em termos do que foi executado e que foi pago e o que disse em termos do gráfico tem a ver com custos e os custos são quando são transformados em dívida propriamente poderá haver protocolos com coletividades não terem levado a cabo a execução ter ficado no ano em compromisso por pagar relativamente a esse protocolo e não propriamente uma dívida poderá haver associação que dentro da sua atividade ou atividade de final de ano e não apresentou o recibo é transformado em dívida, aparecerá nos custos e fazemos uma leitura diferente. Ter ficado em compromisso e ser transformado em dívida no ano seguinte. -----

O deputado Luís Santa Rita pede a palavra para referir que passou foi uma diferença bastante acentuada nos investimentos na área social. -----

A Dr.^a Carmen explicou que em termos de custo, compromissos por pagar não menos investimento. Em termos de investimento de obras do capítulo sete, sim. -----

Houve um aumento de custo de pessoal devido a alguns ingressos que decorreram em 2018 e 2019. -----

O deputado Luís Santa Rita perguntou se relativamente ao ano um aumento de cinco por cento a questão tem trinta por cento técnica e setenta por cento política. -----

A Dr.^a Carmen explicou que tal como disse inicialmente a prestação de contas espelha o que foi tido como opções em termos políticos. -----

O deputado Luís Santa Rita questionou novamente se ia mais para a questão política, pois a técnica explicou muito bem. Aquilo que me parece e posso estar a ver mal mas estes resultados



se devem ao aumento dos impostos, menos investimento no concelho e algum decréscimo em termos de custo como o que foi referenciado. Leva a menos investimento. A ideia que de facto os resultados só são aquilo que são tendo em conta as questões levantadas. -----

A Dr.^a Carmen explicou que os resultados acabam por espelhar o balanceamento proveitos/custos e o resultado líquido de 2018 embora negativos foi superior ao de 2017, onde houve mais investimento, por isso esse tipo de leitura não pode ser feito de uma forma tão linear. Uma coisa é o investimento, as obras que se fazem, a parte da receita corrente e de capital, e tem a ver com determinadas opções e condicionantes que podem levar à execução. Outra questão tem a ver com o balanceamento dos proveitos e dos custos. -----

O deputado José Cabrita pediu a palavra para fazer apenas uma congratulação ao executivo pelos resultados obtidos. É óbvio que este documento espelha as orientações políticas apresentadas nas grandes opções do plano e no orçamento e ainda assim apesar de todas as reservas que foram sendo mencionadas ao longo do ano anterior relativamente quer ao cumprimento do equilíbrio financeiro, quer também relativamente à capacidade da autarquia para absorver mais quadros técnicos. A verdade é que consegue-se manter o equilíbrio financeiro e integrar mais de trinta trabalhadores quando nos aproximamos do primeiro de maio, acho que deve ser importante realçar o facto de mais de trinta pessoas que foram integradas no município que tinha vindo a perder alguma capacidade de intervenção em virtude de algumas regras, algumas imposições por parte do estado central que obrigava à diminuição de efetivos no seu programa. -----

A diminuição imposta de efetivos, e portanto congratulo o executivo pelos resultados obtidos. ---

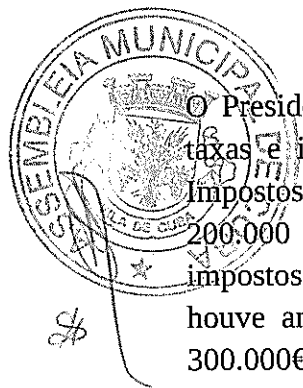
O deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para dizer que o Sr. Deputado Cabrita é um célere defensor da baixa de imposto, está sempre a dizer que o governo tem as taxas moderadoras quer tirar as taxas moderadoras, cada vez menos impostos, cada vez mais salários e agora chega aqui tem um aumento de impostos no concelho na ordem dos quarenta e cinco por cento e o Sr., ainda vem congratular com uma aumento brutal de imposto e faz isso com uma capacidade extraordinária, nós estamos perplexos com essa sua atitude e forma de pensar. -----

O Sr. é contra o aumento dos impostos, que se retire as taxas moderadoras e a Câmara Municipal consegue estes resultados, tendo em conta que aumentou os impostos em 45% e o Sr. vem felicitar o executivo como se isto fosse de facto uma coisa extraordinária. -----

A deputada Julieta Caniço pediu a palavra para referir que ao contrário do deputado Cabrita eu tenho que felicitar a população de Cuba, que tendo um aumento de 46%, sendo que grande parte é na água que é um bem essencial e que nos toca a todos nós, o IMI 52%, o IMT 92%, derrama 164%. Dou os meus parabéns à população de Cuba. -----

O deputado José Cabrita pediu a palavra e sugeriu que o deputado Luís Santa Rita se esclareça entre a diferença entre taxas e impostos, que são coisas diferentes. Quando conseguir ver a diferença eu respondo à sua observação. Em relação à questão dos preços dos impostos na água Sr.^a deputada fale com o seu governo, fale com a entidade reguladora e com as imposições pela entidade reguladora, é de facto um bem essencial. Poderia dar-lhe uma lição das imposições da União Europeia para a privatização de um bem essencial, com o qual o PS, PSD e CDS são coniventes. Obrigando inclusive as Câmaras Municipais aumentarem o valor da água para tornar sustentável o serviço. Não lhe vou dar essa lição, porque não quero dar lições a ninguém. Deve investigar analisar e estudar. Portanto o povo de Cuba, como qualquer outra população de outros concelhos estão sujeitos a impostos e a taxas, não é a mesma coisa. -----

Observe nos concelhos vizinhos qual o valor e as taxas aplicáveis no mesmo, impostos diretos ou sobre o património. -----



O Presidente da Câmara pediu a palavra para explicar que existe uma grande confusão entre taxas e impostos, receitas e despesas de capital. As perguntas às vezes fazem pouco nexo. Impostos aleatórios, IMT, este executivo recebeu 30.000 de IMT, um ano, e este ano recebeu 200.000 euros. No tempo do partido socialista já foram recebidos quase 400.000 euros de impostos do IMT. Tudo isto são impostos aleatórios, impostos circulação, IMT e derrama. Já houve anos em que não se recebeu nada da derrama. O IMI passou de 250.000€ para os 300.000€. Se olharmos para os outros impostos também tem muito peso. O quadro de 2016, é praticamente idêntico ao de 2018. Estarem a dizer que houve um grande aumento de imposto, então pergunto e no ano de 2016 e em anos atrás, os impostos cobrados pelo partido socialista, chegaram a receber mais euros de impostos com que nós recebemos este ano. Houve um grande aumento de imposto e que foi a população do concelho que pagou mais impostos não é verdade. Noutros anos a população pagou mais impostos do que este ano. -----

Que fique em ata que a população do concelho de Cuba, pagou mais impostos no tempo de governação socialista do que presentemente. -----

A deputada Julieta Caniço informou que faz a contabilidade caseira, efetivamente nunca paguei tanto de água e vivo no concelho há 22 anos. Eu e a restante população obviamente e felizmente não preciso de ficar em dívida da água e pago por transferência bancária. Senão algum mês esquecia-me de pagar. Ouça quando o que disse baseia-se na análise efetuada aqui. Transferência do estado do IMI diminui, significativamente. Receitas próprias mantêm-se e os impostos aumentaram. Isto foi o que me foi transmitido enquanto deputada e Muniçipe. Despesa diminui efetivamente, subiu 5% em pessoal. Imposto ou taxas o que é pago sai das famílias. O que pago sai dos rendimentos que as famílias tem, as minhas e todas as que vivem aqui. É óbvio que temos sempre a opção de mudar de concelho. Portanto ir para um concelho onde as taxas sejam menores também é possível. Temos perto muitos. Relativamente à água, o deputado Cabrita saiu há bem pouco tempo, um estudo, uma notícia em que nós efetivamente Cuba somos dos concelhos que mais pagamos. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para explicar que aquilo que a deputada se refere, famílias numerosas, o item referente às famílias numerosas e o que foi transferido da Comunicação social é no que toca às famílias numerosas, o concelho é dos que tem mais alta no distrito. São coisas diferentes do tarifário da água ao consumidor. Convém ler a notícia como deve ser. O concelho de Cuba, no tarifário ao consumidor é dos que tem mais baixos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal após questionar se existiam mais questões ou pedidos de informação, uma vez que não verificaram, propôs que se passássemos à votação, tendo sido aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados dos deputados socialistas. -----

A deputada Teresa Calado pediu a palavra para ler uma declaração de voto. -----

Declaração de voto:-----

“A prestação individual de contas do Município de Cuba, relativo ao ano de dois mil e dezoito, permite-nos evidenciar uma ligeira redução de despesas corrente comparativamente com 2017. Registe-se contudo que dois mil e dezassete foi um ano em que se verificou um aumento exponencial da despesa corrente de aproximadamente 350.000 €. Assim apesar da ligeira redução, a verdade é que dois e dezassete e dois mil e dezoito, continuam a ser os anos onde a despesa corrente atingiu valores mais elevados nos últimos anos, com especial incremento a partir de dois mil e dezasseis. Até então a despesa corrente rondava os quatro milhões de euros e à data registamos um aumento na ordem de meio milhão de euros. -----



Por seu turno no que respeita à receita corrente comparativamente com dois mil e dezassete verificou-se um acréscimo na ordem dos trezentos mil euros, passando a aproximadamente quatro milhões setecentos e vinte mil euros em dois mil e dezassete, para cinco milhões e quinze mil euros em dois mil e dezoito. Este incremento da receita resultou do aumento de impostos, taxas e tarifas que permitiram ao município ao nível dos impostos diretos, principalmente IMI arrecadar mais cerca de duzentos e vinte e dois mil euros, quarenta e sete por cento e ao nível da venda de água mais oitenta e três mil euros, comparativamente com dois mil e dezassete. -----
Em suma foi sobretudo à custa do aumento dos imposto e do aumento do preço da água que o executivo em regime de permanência conseguiu contornar a questão do desequilíbrio orçamental que apresentava no final de dois mil e dezassete um desvio acima de duzentos mil euros. -----

Fica a leitura da declaração de voto.” -----

Intervenção do Público: -----

O Presidente perguntou se alguém do público desejava intervir, não se registaram intervenções por parte do público passemos à ordem do dia. -----

Período da Ordem do dia: -----

Ponto 1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal decorrida entre 01 de fevereiro de 31 de março de 2019 -----

Foi presente à sessão a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01 de Fevereiro 2019 a 31 de Março de 2019. -----

E ainda os documentos - Informação dos Serviços Financeiros datada de 18 de Janeiro sobre a situação financeira do Município de Cuba. **Para conhecimento.** -----

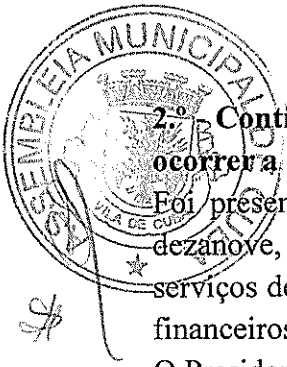
É um ponto para conhecimento, o Presidente questionou se alguém desejava intervir. Deu a palavra à deputada Julieta Caniço, que referiu que relativamente ao relatório de atividades, pedir imensa desculpa a quem o elaborou, mas dado que só me foi entregue no domingo não tive oportunidade de o ler. Pedir desculpa por não ter lido mas não teve tempo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que o relatório foi enviado na quarta-feira. -----

A deputada Julieta Caniço pediu a palavra para referir que gostava de dizer que recebi o envelope no sábado gostava de dizer que relativamente aos documentos volto a referir e não querendo ser inconveniente, nem indelicada porque efetivamente o funcionário não teve fim de semana tal como nós e foi a minha casa três ou quatro vezes para entregar documentos. Não vale a pena levantar questões porque as pessoas fazem o que podem quando podem e com os meios que têm. Não é o funcionário que pode ser responsabilizado. Podem ter enviado por e-mail, mas estive de férias e não abri o e-mail, foram-me chegando documentos. Lamento não poder reconhecer o trabalho feito porque o relatório é grande e não tive tempo de o ler. Agradecia que as coisas fossem entregues atempadamente sendo que o funcionário não tem culpa nenhuma de certeza, não tinha as coisas na secretária e só ia levar quando lhas davam. -----

Acho que não vale a pena estar com discussão, pode estar aqui atividades excelentes. Pode haver críticas, sugestões, mas não li e foi só isso que frisei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que fica registado a intervenção da deputada Julieta Caniço e voltou a perguntar se havia mais alguma intervenção, não havendo que fique registado que a assembleia tomou conhecimento. -----



2.º Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 250.000€, destinado a ocorrer a dificuldades de Tesouraria. -----

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara de dezassete de abril de dois mil e dezanove, bem com a informação nº.30/2019 de doze de abril de dois mil e dezanove dos serviços de apoio jurídico e auditoria interna, a informação número décima terceira dos Serviços financeiros e os documentos de consulta a instituições. -----

O Presidente questionou se alguém queria intervir ou solicitar esclarecimentos. -----

Não se registando qualquer intervenção foi o ponto colocado à votação sendo o mesmo aprovado por maioria com sete abstenções por parte da bancada do partido Socialista. -----

3.º - Apreciação e Votação da Prestação Individual de Contas do Município de Cuba, ano de 2018 -----

Foi apresentada a certidão da reunião de Câmara de dezassete de abril de dois mil e dezanove, sobre os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezoito e ainda a certidão dos serviços financeiros número onze datada de dez de abril de dois mil e dezanove. -----

Analizados os documentos e não se registando intervenções foram os mesmos postos a votação e aprovados por unanimidade. -----

4.º - Apreciação e Votação da Revisão nº 1 ao Orçamento e GOP'S de 2019; Foi presente a certidão da reunião de Câmara de 17/04/2019 e a informação nº.12 dos serviços financeiros datada de 10/04/2019 bem como a revisão nº.1 ao orçamento e GOP'S de 2019. -----

Analizados os documentos o Presidente solicitou informação se alguém queria intervir ou pedir esclarecimentos. Não se registando qualquer intervenção ou pedido de esclarecimentos foi o ponto colocado a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com sete abstenções por parte da bancada do partido socialista. -----

5.º - Apreciação e Votação, na qualidade de Sócio Único da empresa Municipal CEFPDDM - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. da Prestação Individual de Contas, ano de 2018; -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que o ponto está aberto à discussão, alguma intervenção ou pedido de esclarecimento. -----

A deputada Teresa Calado pediu a palavra e referiu que relativamente à página vinte do relatório fornecido temos um montante de um milhão quinhentos e noventa e dois mil euros seiscientos e cinquenta e nove em outras contas a receber, outros devedores. Queria que me esclarecesse a natureza desta conta. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra e solicitou que a mesma fosse passada ao revisor oficial de contas. -----

O Dr. Pedro Manso - ROC explicou que existe uma rubrica de outras contas a receber e outra de diferimentos no passivo, as duas tem um fator de se contrabalançarem uma com a outra ou seja na medida em que os valores de subsídios que são a grande fonte de financiamento da Escola vão sendo atribuídos e registados como conta a receber e registados como conta a pagar, na medida em que se efetua o balanceamento entre os valores dos subsídios atribuídos e os cursos que são ministrados. Nesta perspetiva acaba por haver um líquido destas duas situações. -----

A deputada Teresa Calado pediu a palavra para questionar que nos financiamento obtidos e nos juros e gastos similares, referem-se exatamente a quê? -----

O Dr. Pedro Manso - ROC explicou que o tipo de detalhe que me está a perguntar não o tenho de uma forma tão direta. Tem uma conta corrente caucionada, podemos ter recebimentos e pagamentos que no líquido são cerca de 100.000 €, entre os financiamentos obtidos, os recebimentos e pagamentos relacionados com financiamentos, mas como lhe disse está a colocar questões que da perspetiva daquilo que é a auditoria, eu teria que consultar um detalhe adicional face aquilo que estamos a falar na análise efetuada em trabalho de campo há cerca de um mês, os valores foram validados, a nossa certificação legal das contas da escola, é uma certificação sem reservas considerando os níveis de materialidade com que trabalhamos relativamente à Escola Profissional de Cuba ou seja o nível de erro que consideramos razoável e o nível de detalhe dos testes que efetuamos, os valores certamente foram validados e estão corretamente contabilizados. Agora está-me a fazer perguntas que eventualmente extravasam o papel da auditoria que são mais talvez questões que o órgão de gestão ou quem dirige a escola poderia responder com mais propriedade que nós. -----

A palavra foi novamente dada à deputada Teresa Calado que referiu que só colocou as questões porque comparativamente com outro relatório que tinha entre mãos vi que existiam aqui discrepâncias grandes. Daí estar a tentar perceber a que se deviam. Aceito que posteriormente me possam fazer chegar este esclarecimento, senão o Senhor revisor mas se calhar o órgão de gestão. Gostaria também de saber relativamente à conta caucionada, neste momento qual é o montante e se está alguma parte utilizada ou não. Colocava a questão ao gerente. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra para explicar que existe a conta caucionada, não sei exatamente o montante não está totalmente absorvida. Sei que existe liquidez na conta caucionada. De qualquer forma, acho que só que entre aquilo que foi perguntado está a extravasar ao Dr. Pedro mas entre os recebimentos e os pagamentos, tendo um fluxo de caixa de 98.000.00 €, positivos, recebimentos 898.000 e em pagamentos 780.000€, portanto acaba por ser um valor praticamente residual o 98.000.00€. -----

O Dr. Pedro Manso refere que na página 21 se compararmos no passivo vamos encontrar o valor dos financiamentos à data de 31-12-2018 e são 346.000.00. No ano anterior o valor era cerca de 237.000.00€, a diferença entre um valor e o outro, grosso modo é diferencial em termos de fluxo caixa. Sendo uma conta corrente caucionada deve existir um conjunto de pagamentos e recebimentos ao longo do ano em função das necessidades de tesouraria que vão surgindo e daí o valor de 800.000€ que consta reflete no fundo todo fluxo que ocorre ao longo do exercício. Em termos líquidos o que temos é este diferencial entre os 237.000.00€, no final de 2017 e os 348.000€ no final de 2018. -----

Tem a palavra a deputada Teresa Calado que referiu que queria colocar mais uma questão ao Gerente da Escola. Portanto constata-se que de acordo com o que está mencionado no relatório, houve perda de metade do capital social, fruto dos resultados líquidos negativos, obtidos nos últimos anos. Está também aqui mencionado no relatório que deve ser tomada uma das medidas previstas no artigo 35º. do código das sociedades comerciais, sendo que menciona o artigo é que exclui-se obviamente são 3 alíneas no seu conteúdo: a 1ª. Prende-se com a dissolução da sociedade; a 2ª. redução do capital social para outro montante não inferior ao capital próprio da sociedade; ou 3ª então a realização de entradas pelos sócios para reforçar a cobertura do capital. Há-de haver, uma tomada de decisão relativamente à gerência que passe por uma destas soluções. O que eu questiono é se já há ideia da decisão a tomar. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para que o Dr. Pedro Manso pudesse esclarecer esta situação, uma vez que não tem ideia de haver esse tipo de recomendações. -----



O Dr. Pedro Manso após consultar o relatório referiu que o que verifica é que esta referência é um erro que terá ficado no relatório por continuidade, face ao texto que estava no ano anterior. Este ano nós temos um capital próprio de 57.000.00€, que compara com um capital realizado de 25.000.00€, ou seja o capital próprio, é aproximadamente o dobro do realizado. Objetivamente a Escola não está sobre aplicabilidade do artigo 35º. Do código das sociedades comerciais. É um erro no relatório. Factualmente o balanço não reflete essa situação será um erro na elaboração do relatório e na nossa revisão também não detetamos o erro. -----

A deputada Julieta Caniço pediu a palavra para referir que provavelmente será de um relatório anterior e que ficou aí e acontece quando os relatórios são feitos em cima de outros. Daí que fossemos ver o que dizia o artigo. -----

A deputada Teresa Calado pediu a palavra para perguntar que se constata então que este erro não deveria constar no relatório. -----

O Dr. Pedro Manso responde que é isso mesmo. -----

A Dr. Carmen pediu a palavra para esclarecer a Assembleia que nos anos em que a Escola teve resultados líquidos negativos, houve por parte do município a injeção de capital de modo a fazer o dito do reequilíbrio. Por isso também não faria muito sentido estarmos em 2018 já com um resultado líquido negativo, e não haver reequilíbrio, de modo as contas fiquem equilibradas. Se verificaram também em termos do relatório do Município era que não haveria durante o ano de 2018, qualquer injeção de capital uma vez que o resultado líquido da Escola se tinha verificado positivo, por isso neste sentido penso também que será em termos da escrita do relatório. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que uma vez estarem feitas as ressalvas que ficarão registadas em ata e propõe a votação deste relatório, tendo sido aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados do Partido socialista, e com o registo em ata da ressalva. -----

Ponto 6 - Projeto de Reabilitação Urbana da Rua 1.º de Maio, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----

Foi apresentado em sessão a certidão da reunião de Câmara de 17/04/2019, a informação n.º,6/2019 de 09/04/2019, bem como os documentos anexos. -----

Analisados todos os documentos, foi o assunto posto a votação e aprovado por unanimidade. ----

A deputada Teresa Calado propôs que se votassem estes pontos todos de uma só vez, se concordassem. Pontos 6, 7, 8, 9, 12. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, colocou essa proposta a votação e analisados todos os documentos, foi o assunto posto a votação e aprovado por unanimidade. -----

7.º – Projeto de Reabilitação Urbana de Troço da Estrada da Circunvalação, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----

Foi apresentado a certidão da reunião de Câmara de dezassete de abril de dois mil e dezanove e a informação número sete barra dois mil e dezanove da UAJDCS – Unidade de apoio jurídico desenvolvimento cultura e sociedade bem como os anexos referentes ao assunto referenciado no respetivo ponto. -----

Analisados os documentos o presidente solicitou informação se alguém desejava intervir ou pedir esclarecimento. Não se verificando qualquer intervenção ou pedido de esclarecimentos colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

8.º – Projeto de Reabilitação Urbana do Espaço Público da Rua e Largo da Horta do Bicho, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----

Foi presente a sessão a certidão da reunião de Câmara de 17/04/2019 e a informação n.º 8/2019 datado de 10/04/2019, da UAJDCS – Unidade de Apoio Jurídico Desenvolvimento Cultura e Sociedade bem como os anexos referentes ao projeto da Rua e Largo da Horta do Bicho. -----
Analisados todos os documentos, foi o assunto posto a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto 9 – Projeto de Reabilitação Urbana do Parque Desportivo da Escola Profissional de Cuba, em Cuba - Proposta de aprovação do projeto por parte da Assembleia Municipal ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais. -----

Certidão da reunião de Câmara de 17/04/2019 e Informação n.º. 9/2019 datada de 15/04/2019 da UAJDCS – Unidade de Apoio Jurídico Desenvolvimento Cultura e Sociedade bem como os anexos referentes ao projeto de Reabilitação do parque desportivo da Escola Profissional de Cuba. -----

Analisados os documentos foram os mesmos postos a votação e aprovados por unanimidade.-----

Ponto 10.º – Contrato de aquisição de bens em regime de locação, com opção de compra que gera encargos plurianuais resultante do procedimento de prestação de serviços de locação financeira para aquisição de um veículo pesado de passageiros - Autorização prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

Foi presente a certidão da reunião de Câmara de dezassete de abril de dois mil e dezanove e a informação número cinco datada de oito de abril de dois mil e dezanove, referente ao assunto proposto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que não tenham já memória do que vem à votação e no mandato anterior também se fez isto e em 2017 a assembleia municipal aprovou em Dezembro autorização genérica para a Câmara Municipal poder nos compromissos plurianuais, na despesa que não seja superior a 30.000.00€ para dispensar cada procedimento. Os encargos plurianuais faz-se uma autorização genérica com o compromisso da Câmara Municipal nos informar. -----

No ponto 10, como não foi feito esse procedimento, vem agora para discussão é votação o procedimento da aquisição. -----

Está o ponto aberto à discussão, algum pedido de esclarecimento ou intervenção. -----

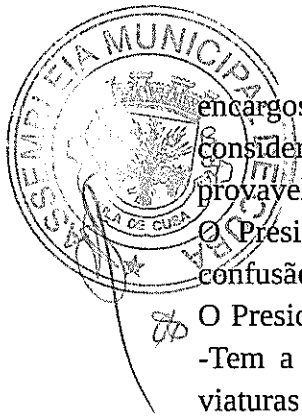
A necessidade de vir agora foi porque não veio em Dezembro. -----

A deputada Julieta Caniço perguntou se estamos perante uma retroatividade estamos a aprovar um documento/ponto com retroatividade a 01-01-2019.

O Presidente da Assembleia Municipal refere que para evitar essa retroatividade é que vem em Dezembro.

-----A deputada Julieta Caniço refere que o ponto 11 vai acontecer vamos autorizar a Câmara a obter bens a 01/01/2019 e eu pergunto porque não veio em Dezembro. -----

O Dr. Vitor Fialho pede para clarificar que o ponto 10 e 11 são distintos pelo seguinte: As propostas ainda estão a ser analisadas mas o ponto 11 não enquadra o 10 de acordo vamos ter



encargos anuais superiores a 30.000.00€. São pontos distintos. Estamos a falar de uma despesa considerável porque um autocarro de 50 lugares, e ainda estamos a analisar as propostas, provavelmente vai trazer encargos anuais superiores aos 30.000.00€.

O Presidente da Assembleia Municipal agradece pelo esclarecimento e pede desculpa pela confusão. Nós enquanto assembleia municipal quando os encargos passam para o ano seguinte. –

O Presidente da Assembleia Municipal questiona se em relação ao ponto 10 há alguma questão. -Tem a palavra a deputada Teresa Calado, para referir que vai votar favoravelmente pois as viaturas encontram-se velhas, no entanto tenho duvidas se a locação financeira será a melhor escolha, no entanto o Sr. Presidente saberá explicar se a aquisição do veículo sendo o montante considerável na ordem dos 250.000.00€ e sendo através de locação financeira, será uma despesa corrente se efetivamente será a melhor opção uma situação de locação financeira ou para aquisição, surgem-me duvidas mas com certeza que terão feito a análise.

O Presidente da Câmara refere que não tem muito a responder a opção foi essa poder-se-ia fazer de outra forma. Tem o peso que tem. Estamos a falar de 30 ou 40.000.00€ por ano.

No nosso ponto de vista não acarreta grandes encargos. Tínhamos que fazer empréstimo. Achamos que a locação financeira foi a melhor medida.

O deputado Luís Santa Rita questiona durante quanto anos se vai pagar.

O Presidente da Câmara informa que de momento não sabe o prazo exato, cerca de duração 8 anos, mas depois faz-lhe chegar o processo.

Feito o esclarecimento o Presidente colocou o assunto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

11.º - Contratos de aquisição de serviços ou de bens em regime de locação, com opção de compra, que gerem encargos plurianuais - Proposta para emissão de parecer genérico favorável por parte da Assembleia Municipal para aquisição de serviços que consubstanciem encargos plurianuais não superiores a 30.000€ em cada ano civil, valores sem IVA, no decurso do ano de 2019 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos com efeitos retroativos a 01.01.2019.

Foi presente a certidão da reunião de Câmara de três de abril de dois mil e dezanove e a informação número vinte e seis barra dois mil e dezanove, datada de vinte e nove de março de dois mil e dezanove.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos referente à pergunta efetuada pela deputada Julieta Caniço sobre o porquê de só agora vir a esta sessão o pedido de autorização prévia com retroativos a um de Janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Técnico da Câmara Municipal Dr. Vitor Fialho, que explicou que os processos estão em curso, já foram despoletados os procedimentos. Regra geral este pedido vem em fevereiro junto ao orçamento, sendo ele a pessoa que efetua a tarefa. No entanto como não estava ao serviço, e a Jurista que o substituiu não deu conta de tudo motivo pelo qual o assunto não tinha sido apresentado.

O efeito retroativo reporta-se a um ou dois procedimentos que estão em curso e assim ficarão regularizados.

A deputada Julieta Caniço agradeceu o esclarecimento e solicitou ao Presidente da Assembleia que estes assuntos devem ser apresentados atempadamente.

O Presidente da Assembleia Municipal explicou que o procedimento que vem agora à sessão resultou de uma evidência durante o mandato passado que os compromissos plurianuais que a

Câmara apresentava para retificar nas sessões de fevereiro, abril, junho, setembro e dezembro. Para evitar essas retificações propôs-se a apresentação do pedido de parecer. -----
A deputada Julieta Caniço solicitou novamente a palavra para lembrar que já estávamos em Maio. -----

O Presidente da Assembleia questionou se havia mais alguma intervenção ou pedido de esclarecimentos, não se registrando, colocou o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 12 – Projeto de Musealização da Casa Fialho de Almeida, em Cuba 1º. Elaboração, conceção e Montagem, 2º. Mobiliário, 3º. Multimédia. - Adenda -----

Foi presente a informação número doze dois mil e dezanove datada de vinte e seis de abril de dois mil e dezanove. -----

Analisados os documentos o presidente questionou se havia pedidos de esclarecimento, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – 2.º Período: -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém do público queria intervir. Não se registaram intervenções por parte do público. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata em minuta, que, depois de lida será submetida a aprovação por parte da Assembleia: -----

A ata em minuta foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, António Manuel Eitas Marreiros, secretário da Assembleia Municipal, que a redigi.

Pel' O Presidente: Sandra Glória Simões

O Secretário: António Manuel Eitas Marreiros

